

**FACULTAD INTERAMERICANA DE CIENCIAS SOCIALES
DIRECCIÓN DE POSTGRADOS**



MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

MARCELO MARQUES CARNEIRO

**A expectativa dos alunos do turno noturno em relação ao Ensino
Médio Regular, no Colégio Estadual de Tanque Novo no ano letivo
de 2018**

Assunção – Paraguai

2019

MARCELO MARQUES CARNEIRO

A expectativa dos alunos do turno noturno em relação ao Ensino Médio Regular, no Colégio Estadual de Tanque Novo no ano letivo de 2018

Dissertação apresentada ao Programa de Postgrado da Facultad Interamericana de Ciencias Sociales, como requisito para obtenção de título de Mestre em Ciências da Educação.

Orientadora: Prof. Dr.^a Maria Aparecida Antunes Moreira

Assunção - Paraguai

2019

Dedico este trabalho aos educadores que de alguma maneira lutam por uma educação digna e de qualidade para todos.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom da vida e pela força diária que ele me concede para seguir firme e forte em busca dos meus sonhos e objetivos, além do discernimento para com as dificuldades encontradas.

Aos colaboradores, e a todos que trilharam esse caminho comigo, passando por dificuldades, receios e sucessos, me fazendo sentir o quão importante é o valor da amizade e do companheirismo.

Sou contra a educação como processo exclusivo de formação de uma elite, mantendo a grande maioria da população em estado de analfabetismo e ignorância.

Anísio Teixeira

RESUMO

A presente pesquisa trata da expectativa dos alunos do turno noturno em relação ao Ensino Médio Regular, em um colégio no município de Tanque Novo - BA, no ano letivo de 2018, objetivando compreender qual a expectativa dos alunos em relação a este nível de ensino; elucidar a motivação e descobrir os anseios dos estudantes; bem como verificar se a condição socioeconômica e o rendimento escolar dos alunos interferem nos objetivos em relação aos estudos. Para fundamentar este estudo o aporte teórico inicialmente discorre sobre a origem e caminhada da Educação no Brasil, passando pelo Ensino Médio e a Educação de Jovens e Adultos, bem como por pontos cruciais que trata do Ensino Médio no Brasil e na Bahia, expondo sobre o contexto e os estudantes baianos, além de discorrer acerca dos professores e políticas públicas para o Ensino Médio. Esta pesquisa de campo quali-quantitativa, foi realizada sob uma abordagem fenomenológica, com aplicação de um questionário e uma entrevista aos estudantes da 1ª série do Ensino Médio Regular, e buscou afirmações e condutas destes alunos em relação ao Ensino Médio, sendo feita uma análise e discussão desses dados. Ao final deste estudo ficou notório que a maioria dos jovens entrevistados nota no Ensino Médio uma ponte para prosseguir nos estudos e/ou melhorar sua situação financeira.

Palavras-Chave: Ensino Médio. Estudantes. Expectativa. Noturno

RESUMEN

La presente investigación trata de la expectativa de los alumnos del turno nocturno en relación a la Enseñanza Media Regular, en un colegio en el municipio de Tanque Novo - BA, en el año escolar de 2018, con el objetivo de comprender cuál es la expectativa de los alumnos en relación a este nivel de enseñanza; elucidar la motivación y descubrir los anhelos de los estudiantes; así como verificar si la condición socioeconómica y el rendimiento escolar de los alumnos interfieren en los objetivos en relación a los estudios. Para fundamentar este estudio el aporte teórico inicialmente discurre sobre el origen y caminata de la Educación en Brasil, pasando por la Enseñanza Media y la Educación de Jóvenes y Adultos, así como por puntos cruciales que trata de la Enseñanza Media en Brasil y Bahía, exponiendo sobre el " el contexto y los estudiantes bahianos, además de discurrir acerca de los profesores y las políticas públicas para la enseñanza media. Esta investigación de campo cual-cuantitativa, fue realizada bajo un enfoque fenomenológico, con aplicación de un cuestionario y una entrevista a los estudiantes de la 1ª serie de la Enseñanza Media Regular, y buscó afirmaciones y conductas de estos estudiantes en relación a la Enseñanza Media, siendo hecha un análisis y la discusión de estos datos. Al final de este estudio quedó notorio que la mayoría de los jóvenes entrevistados nota en la Enseñanza Media un puente para proseguir en los estudios y / o mejorar su situación financiera.

Palabras-clave: Enseñanza Medio. Estudiantes. Expectativa. Todas las noches

ABSTRACT

The present research deals with the expectation of the students of the night shift in relation to the Regular High School, in a school in the city of Tanque Novo - BA, in the academic year of 2018, aiming at understanding what the students expect in relation to this level of education; elucidate the motivation and discover the yearnings of the students; as well as to verify if the socioeconomic condition and the scholastic performance of the students interfere in the objectives in relation to the studies. To support this study, the theoretical contribution initially addresses the origin and progress of Education in Brazil, through High School and Youth and Adult Education, as well as crucial points about Secondary Education in Brazil and Bahia, context and students from Bahia, as well as discussing teachers and public policies for high school. This qualitative-quantitative field research was carried out under a phenomenological approach, with the application of a questionnaire and an interview to the students of the 1st grade of Regular High School, and sought statements and behaviors of these students in relation to High School, and discussion of these data. At the end of this study it was noticed that most of the young people interviewed noticed in High School a bridge to pursue their studies and / or improve their financial situation.

Key Words: High school. Students. Expectancy. Night

LISTA DE GRÁFICOS

Análise e discussão dos dados

Gráfico 1 Gênero	66
Gráfico 2 Faixa etária	67
Gráfico 3 Filhos menores	68
Gráfico 4 Local da residência	69
Gráfico 5 Nível de Instrução	70
Gráfico 6 Raça ou Cor	71
Gráfico 7 Acesso à internet	72
Gráfico 8 Situação financeira	73
Gráfico 9 Situação financeira e de trabalho do G2	74
Gráfico 10 Renda Familiar	74
Gráfico 11 Situação financeira e de trabalho do G1	75
Gráfico 12 Tempo de estudo e leitura no G2	76
Gráfico 13 Tempo de estudo e leitura no G1	77
Gráfico 14 Violência sofrida	78
Gráfico 15 Atividades nas horas livres	79
Gráfico 16 Meios de informação	80
Gráfico 17 Deslocamento até a escola	81
Gráfico 18 Motivo para ingressar no Ensino Médio	85
Gráfico 19 Ao concluir o Ensino Médio	86
Gráfico 20 Porquê estudar no noturno?	87

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC Base Nacional Comum Curricular

CETN Colégio Estadual de Tanque Novo

EJA Educação de Jovens e Adultos

ENEM Exame Nacional do Ensino Médio

FUNDEB Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INEP Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDB Lei de Diretrizes e Bases

MDS Ministério do Desenvolvimento Social

MEC Ministério da Educação

PCNEM Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio

PNE Plano Nacional de Educação

SABE Sistema de Avaliação Baiano da Educação

SEC Secretaria da Educação

SEC/BA Secretaria de Educação do Estado da Bahia

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Aprovação, reprovação e abandono	44
Tabela 2 Raça/cor	45
Tabela 3 Transcrição das entrevistas	82

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Foto da cidade de Tanque Novo – BA

63

Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	15
1.1 Tema	18
1.2 Título	18
1.3 Problema	18
1.4 Justificativa	18
1.5 Objetivos	19
1.5.1 Objetivo Geral	19
1.5.2 Objetivo Específico	19
1.6 Hipóteses	19
2. MARCO TEÓRICO.....	20
2.1. Marco Epistemológico do Termo Expectativa	20
2.2. A educação no Brasil: um breve histórico.....	21
2.2.1. A Colônia, a Ditadura Militar e a Constituição Cidadã.....	21
2.2.2. Neoliberalismo e educação.....	25
2.2.3. Anos 2000, o desafio continua.....	28
2.3. O ensino médio.....	28
2.3.1. O ensino médio noturno.....	30
2.4. Educação de Jovens e Adultos (EJA).....	35
2.5. O Ensino Médio no Brasil e na Bahia.....	39
2.5.1. O Contexto Baiano.....	40
2.5.2. Os estudantes baianos.....	43
2.6. Professor do Ensino Médio.....	50
2.7. Políticas Educacionais para o Ensino Médio.....	52
3. MARCO METODOLÓGICO.....	58
3.1. Conceituação de Pesquisa, Metodologia e Método	58
3.1.1 Pesquisa	58
3.1.2 Metodologia e Método	60
3.2 Local da Pesquisa	62
3.3 Universo, Amostra e Amostragem da Pesquisa	63
3.4 Instrumentos de Coletas de Dados	64
4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS.....	66
CONCLUSÃO	89

BIBLIOGRAFIA	92
ANEXO I QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO	97
ANEXO II ENTREVISTA PARA ALUNOS	101
ANEXO III TERMO DE CONSENTIMENTO	102
ANEXO IV OFÍCIO DE ENCAMINHAMENTO	103

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho busca analisar a expectativa dos alunos do turno noturno em relação ao Ensino Médio Regular, no Colégio Estadual de Tanque Novo (CETN) no município de Tanque Novo – BA no ano letivo de 2018. Esta pesquisa é motivada pela inquietação e interesse de compreender qual a expectativa dos alunos do turno noturno deste referido colégio, em relação ao Ensino Médio Regular. Diante desta problemática e com a realização deste estudo, espera-se compreender qual o objetivo dos alunos desta instituição em relação a esta modalidade de ensino.

Além da finalidade principal citada anteriormente, esta pesquisa pretende: verificar se a condição socioeconômica do estudante interfere na busca por qualificação para os estudos; descobrir os anseios dos alunos em relação ao ensino médio regular x educação de jovens e adultos (EJA); e verificar se as avaliações interferem na motivação em relação aos estudos.

É notável que os governantes sempre apresentem um discurso e algumas ações para que os jovens frequentem a escola, entre essas ações pode-se citar o programa Bolsa Família do governo federal.

O programa Bolsa Família segundo o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) tem por objetivo estimular o acesso à educação, a permanência do aluno na escola e de ajudar a família a romper com a barreira da pobreza.

Dados do MDS afirmam que 95% dos alunos com faixa etária de 6 a 17 anos, assistidos por esse programa, durante os meses de agosto e setembro de 2017 apresentaram frequência escolar em dia. Esse grande percentual em relação à frequência desses alunos pode ser reflexo do que o MDS sinaliza no que diz respeito ao acompanhamento da frequência escolar desses alunos, que é uma das condições para a família receber a renda proveniente deste programa social.

Esses programas de incentivo à educação dos jovens, e também a grande cobrança no mercado de trabalho por mão de obra melhor qualificada faz com que o Ensino Médio, em especial, caia sempre em debate.

O Ensino Médio vem sendo muito discutido, principalmente em seu aspecto estrutural, no qual se busca colocar novos rumos com este nível de estudo. Com base na análise das propostas que o Novo Ensino Médio propõe de flexibilização da

grade curricular, o estudante optará por uma área do conhecimento que ele quer aprofundar seus estudos, e essa nova proposta apresenta também uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC) sendo obrigatória em todas as escolas da educação infantil ao ensino médio.

As competências e conhecimentos essenciais ficam a cargo da BNCC, e deverão ser oferecidos a todos os alunos na parte comum, com 1800 horas, envolvendo todas as áreas do conhecimento (Linguagens; Ciências Humanas e Ciências da Natureza e Matemática) e todos os componentes curriculares do ensino médio definidos pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e nas diretrizes curriculares nacionais de educação básica.

Com o novo ensino médio nos três anos as disciplinas obrigatórias serão Língua Portuguesa e Matemática, o restante será de acordo a opção de aprofundamento dos estudos do discente.

Essa discussão e novas propostas do ensino médio são importantes e pertinentes, pois, para que o Ensino Médio se apresente como uma etapa final da Educação Básica e de preparação para o mercado de trabalho atrativo ao aluno é preciso saber quais são os reais motivos que fazem esses mesmos alunos se ingressarem neste nível de ensino.

Apesar dessa reformulação do Ensino Médio que propõe uma maior autonomia ao estudante, a procura pelo Ensino Médio no Brasil vem sofrendo queda como mostra o Censo Escolar 2016, que trouxe números referentes a matrículas no segundo grau de estudo desde o ano de 2011.

Este censo vem mostrar que em 2011 foram realizadas 8.400.689 matrículas, e houve queda nos anos letivos subsequentes de 2012, 2013, 2014, 2015 e em 2016 onde registrou 8.131.988 matrículas. Neste período de 2011 a 2016 houve apenas um período de aumento de matrículas no ensino médio, que foi no ano de 2016 em relação a 2015 onde se observa 8.074.881 matrículas no ensino médio.

Em 2017 o ensino médio tem outra queda em relação aos anos anteriores, foram 7.930.384 estudantes matriculados em todo Brasil, esses são dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e do Ministério da Educação (MEC).

No CETN onde a pesquisa foi realizada constata-se uma pequena baixa no número de matrículas no ensino médio no período de 2013 a 2017. Segundo dados do Censo Escolar, nesta instituição de ensino foram registrados em 2013 a ordem de 755 alunos matriculados, em 2014 e 2015 o número foi de 729 matrículas em cada ano letivo, em 2016 foram 717, e em 2017 houve um aumento em relação aos últimos três anos com 740 matrículas.

Mesmo com essas variações no número de matrículas, são pessoas de diversas idades que estão no ensino médio, isto reafirma a questão do leque de desejos e metas que os estudantes têm em relação ao segundo grau de estudo.

Esta diversidade de faixa etária frequentando o ensino médio faz com que pessoas que são pais de família, mães de família, trabalhadores e jovens com diferentes perspectivas convivam no mesmo lugar e tenham comportamentos diferentes em relação aos estudos.

Esta pesquisa foi realizada para cumprir com os requisitos da FACULTAD INTERAMERICANA DE CIENCIAS SOCIALES para obter o título de Mestre em Ciências da Educação, e pretende buscar afirmações e condutas a respeito das expectativas desses estudantes em relação ao ensino médio regular, e diante dos dados fornecidos pelos alunos realizar uma análise e discussão para que se chegue a aspectos considerados importantes sobre suas expectativas em relação ao ensino médio regular.

1.1 Tema

A expectativa dos alunos do Ensino Médio noturno.

1.2 Título

A expectativa dos alunos do turno noturno em relação ao Ensino Médio Regular no Colégio Estadual de Tanque Novo no ano letivo de 2018.

1.3 Problema

Qual a expectativa dos alunos do turno noturno do CETN em relação ao Ensino Médio Regular, no ano letivo de 2018?

1.4 Justificativa

As perspectivas dos alunos em relação ao ensino médio vêm sendo discutidas devido à grande variedade de motivação e objetivo dos alunos quando se matriculam a fim de terem o segundo grau completo. A consequência dessa gama de objetivos dos estudantes é que muitos deles certamente se afastem da escola por conta dela não corresponder aos anseios e expectativas em relação ao ensino médio.

O público deste nível de ensino vem de diferentes realidades sociais, e dentro de uma mesma unidade escolar encontram-se alunos que querem continuar os estudos com uma graduação ou curso técnico; tem intenção de concluir o ensino médio por uma questão de exigência da sociedade que requer uma qualificação profissional, e também por aspectos culturais do meio em que ele está inserido; como forma de passar o tempo; como meio de sociabilidade, sem responsabilidade alguma com os estudos, apenas cumprindo uma exigência dos pais com a finalidade de garantir a renda vinda do programa Bolsa Família.

Mesmo que dados do INEP/MEC mostrem uma baixa nas matrículas do Ensino Médio, ainda assim, esses alunos do segundo grau apresentam um número expressivo de motivos e objetivos em relação a este nível de ensino.

A diversidade de faixa etária frequentando o ensino médio faz com que pessoas que são pais de família, mães de família, trabalhadores, e jovens com

diferentes perspectivas com os estudos convivam no mesmo lugar e tenham atitudes diferentes em relação aos estudos.

Diante dessa problemática, e visto as transformações no que tange os processos do trabalho no mundo, onde a qualificação passa a ser uma obrigação para quem quer entrar no mercado de trabalho, faz-se necessário um estudo voltado às perspectivas dos alunos que ingressam no ensino médio regular.

1.5 Objetivos

1.5.1 Objetivo Geral

Compreender qual a expectativa dos alunos do turno noturno do CETN, em relação ao Ensino Médio Regular, no ano letivo de 2018.

1.5.2 Objetivos Específicos

- Elucidar a motivação pelas quais os estudantes estão cursando o ensino médio;
- Verificar se a condição sócio/econômica do estudante interfere na motivação para os estudos;
- Descobrir os anseios dos alunos em relação ao ensino médio regular;
- Verificar se o rendimento escolar interfere nos objetivos em relação aos estudos.

1.6 Hipóteses

- Os alunos pretendem continuar os estudos com uma graduação ou curso técnico;
- Os alunos têm a intenção de concluir o ensino médio por uma exigência da sociedade;
- A escola é tida como forma de passar o tempo, como um convívio social, sem responsabilidade alguma com os estudos;
- Alguns alunos têm a intenção de concluir o ensino médio e conseguir um emprego melhor remunerado;
- Os jovens frequentam a escola cumprindo uma exigência dos pais ou responsáveis.

2. MARCO TEÓRICO

O presente capítulo apresenta uma revisão bibliográfica acerca do objeto de estudo desta pesquisa, permitindo uma discussão entre eles com a opinião do autor dentro das mais variadas questões envolvendo o Ensino Médio.

O aporte teórico fundamenta-se nos autores Piletti (1985), Bianchetti (2001), Carvalho (2012), Bossa (2002), Savianne (1998), Caldeira (2001), Moreira (1997), que discutem sobre a origem e caminhada da Educação no Brasil.

A presente discussão perpassa pelo Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos, bem como por pontos cruciais que trata do Ensino Médio no Brasil e na Bahia, falando sobre o contexto e os estudantes baianos, além de discorrer acerca dos professores e políticas públicas para o Ensino Médio.

Para discutir esses temas buscou-se base em autores como Caporaline (1991), Oliveira (2001), Dayrell (2011), Gomes (2011), Gonçalves (2011), Souza (2011), Giovanetti (2011), Pereira (2011), Soares (2011), Carvalho (2011), documentos orientadores da Secretaria de Educação do Estado da Bahia, bem como publicações, orientações e legislação da República Federativa do Brasil acerca do Ensino Médio.

2.1 Marco Epistemológico do Termo Expectativa

A palavra expectativa vem do latim *exspectare*, e de acordo com o dicionário escolar da língua portuguesa é um substantivo feminino que representa possibilidade; probabilidade; esperança fundada em promessa; aquilo que se espera e também expectativa.

Assim a expectativa sentida por uma pessoa só existe na falta da realidade, ou seja, quando o elemento que fomenta a expectativa ainda não é viável e real, sendo apenas uma cogitação presente na vontade de posse da pessoa.

Para que a expectativa possa existir também é necessária a previsão, informação ou condição que sirva de base para suas ascensões, caso isso não ocorra o sentimento de expectativa passa a ser uma utopia.

Para discutir a condição juvenil no contexto atual, vamos retomar algumas informações do perfil de Liege da Silva. Ela está terminando o Ensino Médio e trabalha como estagiária; aos 19 anos, ainda não pensa em namoro firme, muitos menos em casar e ter filhos. Trata-se de um quadro bem diferente da situação do jovem em um passado nada remoto. (BRASIL, 2004, p.17)

Em relação à educação, a expectativa dos alunos do ensino médio tem sua base sustentadora no fato destes estarem cursando este nível de ensino, onde eles podem depositar suas expectativas para com uma melhor formação acadêmica e/ou profissional.

2.2 A Educação no Brasil: um Breve Histórico

A educação é um processo humano complexo e desafiador, e de acordo com Piletti (1985), ao longo da história está relacionada à própria constituição das sociedades, do eu individual e do reconhecimento do outro. Na contemporaneidade vincula-se à cidadania, à afirmação das democracias, e à inserção no mundo do trabalho.

Bianchetti (2001) sinaliza que a educação também é vista como condição essencial para promover a inovação e a produção de novos conhecimentos geradores de desenvolvimento, amplia-se para se tornar elemento indispensável à promoção de convivência pacífica e do respeito entre os povos, entre tantos outros aspectos.

2.2.1 A Colônia, a Ditadura Militar e a Constituição Cidadã

No Brasil antes da chegada dos portugueses em 1500, havia aqui uma educação dos povos indígenas dentro dos seus costumes e convívio, porém a educação formal segundo Carvalho (2012), remonta à chegada dos Jesuítas com a colonização portuguesa, deixando como legado, o dilema em torno dos papéis e responsabilidades das autoridades públicas e privadas no provimento da educação, resultando em um dualismo que se perpetua até os dias atuais: educação diferenciada entre ricos e pobres, brancos e negros.

Ainda segundo Carvalho (2012) a divisão institucional é oriunda desse dualismo no sistema de ensino, herança do século XVI, das escolas Jesuítas, e que

ainda apresenta traços marcantes em pleno século XXI, quando vimos persistir a dificuldade do acesso, a falta de garantia da permanência do aluno na escola, entraves na viabilização da despesa com educação e escassos padrões de oferta e qualidade disponibilizados a essa mesma “classe menos favorecida”, resultando no insucesso escolar.

Ao proclamar sua independência de Portugal em 1822, o Brasil herdou uma tradição cívica pouco encorajadora. Em três séculos de colonização (1500-1822), os portugueses tinham construído um enorme país dotado de unidade territorial, linguística, cultural e religiosa. Mas tinham também deixado uma população analfabeta, uma sociedade escravocrata, uma economia monocultura e latifundiária, um Estado absolutista. À época da independência, não havia cidadãos brasileiros, nem pátria brasileira. (CARVALHO, 2012, p. 17-18)

A origem histórica das formas de exclusão no Brasil está ligada à mão-de-obra escrava, que não se resolveu com a abolição, pois as elites não sabiam o que fazer de seus escravos ou não quiseram fazer nada por eles. Por todo o século XIX, o grande latifúndio continuou a existir e as pessoas permaneceram como trabalhadores servis como na Idade Média.

Em quase todas as regiões do Brasil persistiu a figura do “grande coronel” e o processo de exclusão continuou perpetuando pela nossa história. E, mesmo no século XXI, com suas várias histórias, todas, porém, representam a história da exclusão.

Carvalho (2012) faz um apanhado geral sobre a caminhada da cidadania no Brasil, desde 1500 até o final da década de 80 com a aprovação da Constituição Cidadã, o autor sinaliza todos os atos em prol da cidadania, o que acaba refletindo também em atos pela educação do Brasil durante esse período.

Neste momento é importante descrever, mesmo que sumariamente, o cenário político e econômico da década de 50 que resultou no golpe militar, onde Carvalho (2012) cita que este período pode ser sintetizado no campo econômico, como um liberalismo abortado, e no campo político como um populismo conflitivo.

A política populista dominava, mantendo o povo razoavelmente convicto de que estava participando do processo político.

É salientado por Carvalho (2012) que as instituições políticas são de certa forma, o reflexo das ideias dominantes, e a partir da mentalidade dos grupos dominantes, transforma-se em opinião pública. Esta, por sua vez, é influenciada pelo regime político, e um dos elementos que compõem este mesmo regime político é o poder inegável da informação.

Não obstante, a informação torna-se cada vez mais forte, e é sempre manipulada pelo regime político.

Na história latino-americana, certos grupos de poder (Igreja, Forças Armadas, associações civis, por exemplo) influenciaram a definição dos conteúdos educativos a partir do controle de diversos mecanismos ou instituições muitas vezes em oposição à tendência política no governo, que impulsionava uma determinada reforma dentro dos conteúdos do sistema educativo. Como consequência disto, as mudanças nas estruturas desse sistema não cumpriram com os objetivos propostos pelo poder político e se converterem em reformas parciais sem se transformarem em propostas hegemônicas. (BIANCHETTI, 2001, p. 95)

Em síntese, o que é importante em todos os aspectos da vida social é verificar como as ideias dominantes atuam e impregnam determinados segmentos da sociedade que são decisivos para a atuação política e como isso se reflete na educação.

De acordo com Bossa (2002), o mais sério neste contexto é que esse grave processo de exclusão social está presente na escola. Esta instituição que poderia servir de contraponto a toda esta situação, acaba promovendo a exclusão, sendo reprodutoras de práticas sociais comuns.

A exemplo disso temos o diretor que manda, que é autoritário, professores que não ouvem os alunos, mesmo quando se colocam como democráticos, sem falar na quantidade de alunos que são vistos como “fracassados” pela escola e que, portanto, dela são excluídos antes mesmo de terminar o curso.

Sob a bandeira do rápido crescimento econômico, o regime militar de acordo com Carvalho (2012) afirmou a importância da educação e desenvolveu uma série de Planos Nacionais de Educação e políticas voltadas para a utilização mais racional e eficiente dos recursos educacionais, reconhecendo também, o papel decisivo da escolarização primária para o desenvolvimento econômico.

Além disso, promoveu a extensão da escolarização primária de quatro para oito anos numa tentativa de superar a divisão entre ensino secundário e técnico, promoveu a profissionalização de todo o currículo, visando a expansão da oferta de mão-de-obra de nível médio e redução da demanda a universidade.

A instauração do ensino médio profissionalizante se deu a partir da Lei de Diretrizes Básicas de 1971, Lei 5.692 conhecida como “Lei da Qualificação para o Trabalho”. Esta Lei surgiu a partir da noção de Desenvolvimento iniciado por intelectuais como Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo e Lourenço Filho na década de 50.

Segundo Carvalho (2012), Esta foi a década onde se tentou entender a relação da educação com o desenvolvimento, a produção, o crescimento e as transformações estruturais em decorrência da concepção de que os países eram atrasados por suas condições estruturais e, por isso, necessitavam de ajuda de países desenvolvidos.

A ideia central da Teoria do Desenvolvimento é que as sociedades atrasadas pudessem se desenvolver quando eliminassem certos tipos de mecanismos econômicos, político e psicológicos que os impedissem de equiparar-se a uma sociedade moderna.

Nesse contexto, a educação atrelada ao discurso economista, passou a ser concebida como um bem para o desenvolvimento, chegando-se a formalizar a Teoria do Capital Humano, que serviu para fundamentar as exigências do processo de industrialização.

De acordo com Savianne (1998), a Nova República que iniciava em 1985, herdava uma situação no âmbito educacional com graves problemas crônicos referentes à universalização e qualidade do ensino, à gratuidade escolar, às condições de trabalho do magistério e a escassez e a má distribuição das verbas públicas.

E durante a IV Conferência Brasileira de Educação, realizada em 1986, cerca de cinco mil educadores vindos de todos os estados do País, debateram temas da problemática educacional brasileira, juntamente com as entidades organizadoras.

No evento citado, o Governo Federal divulgou os dados estatísticos que retratava a educação nacional: mais de 50% de alunos repetentes ou excluídos ao

longo da primeira série do 1º Grau; cerca de 30% de crianças de 7 a 14 anos fora da escola; 30% de analfabetos adultos; 22% de professores leigos; precária formação e aperfeiçoamento profissional dos professores de todo o país, dentre outros.

Depois de muitos debates dentro de todos os setores da sociedade brasileira, inclusive da educação, é organizada a Constituição de 1988 que expressou um momento distinto na vida pública do país.

Segundo Carvalho (2012) os trabalhos constituintes foram marcados por expressiva participação política da sociedade civil organizada, sobretudo na primeira fase. Contudo, o poder de pressões dos setores democráticos foi sendo enfraquecido, à medida que os trabalhos avançavam.

No que se refere ao capítulo da educação, os resultados apresentaram uma dupla dinâmica: por um lado, foi garantida a gratuidade do ensino na rede pública, claramente especificada para o ensino fundamental, porém não explícito para a educação básica; por outro lado, não se conseguiu impedir a sangria de verbas públicas para a iniciativa privada.

2.2.2 Neoliberalismo e Educação

O ideal neoliberal segundo Caldeira (2001) é o de promover o mercado, o individualismo e a competitividade, a desregulação e a flexibilidade do mercado de trabalho, o Estado Mínimo, a redução dos gastos públicos, a globalização produtiva e financeira e a primazia do econômico sobre o político.

Isso leva a ideia de que prevaleça o pensamento único, ou seja, a demonstração da bondade e inevitabilidade da liberação econômica e a eficácia do privado em relação ao público.

Dentro da concepção neoliberal de acordo com Bianchetti (2001), as pessoas formam a menor parte social do sistema econômico. O Homem, tomado como um todo tem a capacidade natural que lhe habilita desenvolver-se contando com certas doses de instinto, somadas à sua capacidade de pensar, vontade e desejos. O referido autor cita como o ponto principal do neoliberalismo a desigualdade dos homens.

Nesse sentido as instituições sociais são na perspectiva neoliberal segundo Bianchetti (2001), uma criação do homem para relacionar os interesses individuais na forma de um somatório, dessa maneira o autor entende que a sociedade tem vida própria, evolui sempre no sentido dado pelas tradições através das gerações.

Este autor faz menção ao fato de que entre todas as instituições sociais, o neoliberalismo dá maior atenção ao Estado, pois a ele é atribuído as características de um “ser”, com a oportunidade de acumular poderes limitados.

Toda problemática dos neoliberais com o Estado está em relação com o conflito entre concentração e distribuição do poder, como também com os mecanismos utilizados para a tomada de decisões.

Em relação à forma de governo, os neoliberais de acordo com Bianchetti (2001) têm temor à democracia, uma vez que a vontade da maioria não é considerada uma representação necessariamente dos valores da continuidade histórica de uma sociedade.

A busca da igualdade dos resultados é contrária à natureza já que a vida não é equitativa e as diferenças de possibilidades são as que beneficiam alguns homens. ... O que o pensamento neoliberal aceita como instituições de compensação frente as desigualdades “naturais” são as instituições de beneficência e caridade ou as fundações. (BIANCHETTI, 2001, p. 91-92)

As relações de mercado são comparadas pelos liberais como um jogo onde só existe certas regras que são necessárias respeitar. Por isso, existe uma resistência a qualquer intervenção externa que possa alterar as condições de suposta igualdade que deve imperar nesse tipo de disputa.

Nesse sentido, a ação do Poder Público quando interfere na área da economia é vista como uma barreira que, ao beneficiar alguns dos interventores, causa um desequilíbrio no jogo.

Para Bianchetti (2001), nos anos 90, o projeto neoliberal de educação executou com relativo sucesso o alargamento do ensino fundamental, e dessa maneira a articulação do sistema educativo com o sistema produtivo deve ser necessária.

De acordo com autor o sistema educativo deve responder de maneira direta à necessidade do sistema produtivo, e assim o neoliberalismo, ao não aceitar a

igualdade social, deixa livre às leis da oferta e da demanda o que faz da escola formadora de recursos humanos para a estrutura de produção. Assim o mecanismo do mercado se torna autorregulador, equilibrando as demandas surgidas do setor produtivo com a oferta vinda das instituições educativas.

Essa lógica ainda de acordo com Bianchetti (2001) coloca a educação como um bem econômico que deve responder, da mesma maneira que uma mercadoria, à lei da oferta e da demanda.

Assim pensa-se as escolas públicas, reduzidas ao mínimo, frente à necessidade de atrair a população estudantil que as justificasse, sendo obrigadas a incorporar-se às leis do mercado, competindo com as outras escolas públicas e com as privadas, e sua existência seria uma resultante da qualidade do serviço oferecido, e não somente do fato de pertencer a uma estrutura estatal.

Em síntese o neoliberalismo

defende uma escola que se constitua em efetivo instrumento de controle social e se pautar por qualidade e produtividade, características essas definidas com base no resultado educacional obtido e estabelecidas por meio de padrões, indicadores e medidas. Daí a preocupação tanto com a proposição de um currículo nacional, ou, segundo o eufemismo preferido entre nós, de Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), como com a criação de um sistema de avaliação do desempenho das escolas. Ambos são vistos como essenciais para o alcance de qualidade em educação. (MOREIRA, 1997, p. 94)

É inegável a expansão de oportunidades escolares no ensino fundamental regular como é incontestável o aumento do grau de escolarização pela necessidade de melhor colocação no mercado de trabalho.

Sendo a década de 90 marcada pela tentativa de reformas educacionais que buscassem, sobretudo, estender a educação, conforme a expressão Freiriana “uma educação para todos”, erradicando graves problemas de exclusão e fracasso escolar.

Entretanto a política educacional neoliberal teve um caráter antipopular por estar voltada à formação técnica e ético-política da classe trabalhadora de acordo com a cultura empresarial.

2.2.3 Anos 2000, o Desafio Continua

Nos anos recentes, a educação brasileira tem sido objeto de muitos estudos e de vastas discussões em congressos, seminários e encontros, o Novo Ensino Médio, por exemplo, fomenta essas discussões.

Os debates e o (re) pensar sobre a educação decorre do reconhecimento pelos profissionais da educação e dos políticos sobre o persistente atraso do sistema educacional brasileiro, traduzindo uma ameaça ao crescimento econômico e ao bem-estar social, exigindo melhorias no desempenho do sistema educacional e nas conquistas dos cidadãos brasileiros.

Segundo Carvalho (2012) a educação e a política no Brasil, através de uma sequência de fatos e situações históricas, passando pela oligarquia até a democracia e sua conseqüente igualdade de oportunidade para todos, encontra-se ainda, em andamento, pois, como passagem é um processo, mas a igualdade de oportunidades como aspiração é o elemento fundamental para caracterizar uma evolução na política educacional.

No Brasil, a escola torna-se cada vez mais o palco de fracassos (...) impedindo os jovens de se apossarem da herança cultural, dos conhecimentos acumulados pela humanidade e, conseqüentemente, de compreenderem melhor o mundo que o rodeia. A escola, que deveria formar jovens capazes de analisar criticamente a realidade, a fim de perceber como agir no sentido de transformá-la e, ao mesmo tempo, preservar as conquistas sociais, contribui para perpetuar injustiças sociais que sempre fizeram parte da história do povo brasileiro. (BOSSA, 2002, p.19)

Mas, apesar de todos os estudos e somados todos os esforços, o sistema educacional brasileiro, está dialeticamente vinculado a dois postulados: enquanto a palavra de ordem é inclusão, vive-se, um momento de exclusão social e, embora muito se tenha estudado e discutido, os problemas da educação brasileira ainda se impõem de forma alarmante e persistente.

2.3 O ensino médio

O ensino médio como é visto hoje é bem diferente do que era apresentado principalmente no período de colonização do Brasil.

No século XVI, os jesuítas que implantaram o ensino médio nas escolas, durando até o século XVIII pautados em princípios religiosos, principalmente os católicos. Após os jesuítas serem expulsos, a metrópole começou a nortear o ensino médio por volta do ano de 1756, através de aulas régias, ministradas por professores indicados, abordando assuntos que interessavam a própria metrópole.

A partir do século XIX essa modalidade de ensino começou a ser responsabilidade dos Estados, mas apenas em 1930 através do governo de Getúlio Vargas que surgiram as primeiras mudanças no ensino médio, isto está ligado a criação do Ministério da Educação nesse período.

O ensino médio existente hoje teve seu início em 1988, nesse momento ele passa a abraçar toda população seja ela de elite ou não.

O conceito de ensino médio foi criado a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996, em substituição ao antigo Segundo Grau. A educação profissional de nível técnico, por sua vez, passou a ter organização curricular independente do Ensino Médio. De acordo com a LDB, o ensino médio conta com um currículo de base nacional comum, voltada para o desenvolvimento de competências e habilidades básicas. (MENEZES, 2001, p. 01)

Sendo o último bloco da educação básica no Brasil, dura em média três anos e é pré-requisito básico para o acesso ao ensino superior. E pretende-se nesta etapa de ensino da uma formação visando o mercado de trabalho, além de aperfeiçoar os conhecimentos do indivíduo já apanhados nas fases anteriores e como ser humano dotado de razão.

Este nível de ensino sendo de responsabilidade dos Estados, e se configurando como a etapa final da educação básica, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da educação não é obrigatório. Porém os Estados de acordo o estabelecido no Plano Nacional de Educação (PNE) têm a função de gradativamente, fazer o ensino médio uma etapa obrigatória, disponibilizando mais vagas para que todos que concluírem o ensino fundamental possam ser atendidos.

Hoje se vive um momento onde o ensino médio está sob discussão, visando a implantação do que é chamado de Novo Ensino Médio, que de forma resumida traz maior autonomia ao estudante de focar em uma área de estudo que lhe interesse mais.

Apesar dessa autonomia o Novo Ensino Médio mantém algumas disciplinas obrigatórias (Português e Matemática) durante o curso, juntamente com a parte diversificada para o aluno poder se dedicar e já buscar um aperfeiçoamento para o mercado de trabalho ou já visando um curso superior.

Além de preparar o estudante para o mercado de trabalho e aperfeiçoar os conhecimentos já adquiridos, o ensino médio também tem a possibilidade de ser ofertado paralelamente com a formação para o exercício de profissões técnicas, desde que a modalidade obedeça a formação e o objetivo geral desta etapa.

Existem três possibilidades de se articular o ensino médio e a formação técnica profissionalizante, uma dessas formas é a Integrada, que é realizada na mesma unidade escolar que o estudante cursa o ensino médio, sendo necessária apenas uma única matrícula.

Outra forma é a concomitante, que tem a possibilidade de ser ministrada na mesma escola em que o aluno estuda o ensino médio, e também existe a possibilidade de ser ministrada em outra instituição de ensino, sendo facultativo o convênio entre as diferentes escolas. Além do subsequente, que é oferecido aos alunos que já concluíram o ensino médio.

O estudante que se dispõe a fazer a articulação entre ensino médio e o ensino técnico profissionalizante deve tratar os dois cursos com a mesma seriedade, pois, o diploma de técnico de nível médio só será emitido ao estudante que concluir, também, o ensino médio.

O currículo do ensino médio é pautado pelos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM), onde as orientações publicadas para este nível de ensino é formada por três volumes sucessivos de cada área, sendo elas, Linguagem, Código e suas Tecnologias, Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias e Ciências Humanas e suas Tecnologias.

Hoje essas áreas do conhecimento são ensinadas em concordância com o que propõe o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), que atualmente é um dos principais caminhos de ingresso ao ensino superior.

2.3.1 O ensino médio noturno

Desde o início da década de 80, cogita-se a extinção do curso regular noturno e sua transformação em curso supletivo. Esta proposta visava adequar o ensino às especificidades e necessidades dos seus alunos.

Mas segundo o Censo Escolar de 2013, existiam 8,3 milhões de matrículas no Ensino Médio em todo Brasil. No ensino noturno foi algo em torno de 2,3 milhões de alunos cursando esta modalidade de ensino na rede pública.

Apesar da queda ano após ano, é grande o percentual de matrículas no segundo grau no período noturno, sendo um terço do total. Este número alto de matrículas no noturno é preocupante e há de se ter atenção, pois, estes índices revelam que os resultados desses alunos são inferiores se comparado aos estudantes do diurno.

O Saeb 2013 traz no questionário do aluno informações que foram tabuladas pelo Instituto Unibanco, e revela um percentual de 16% de discentes que já desistiram dos estudos em pelo menos uma ocasião, um número três vezes maior do que registrado no diurno que foi de 5%.

O Instituto Ayrton Senna em 2015 divulgou um estudo com números do noturno e diurno, afirmando essa diferença. Neste estudo de maneira amostral no Ensino Médio, fica evidente que estudantes do 3º ano do noturno mostraram habilidades em Língua Portuguesa e Matemática menores que estudantes do diurno.

Mesmo comparando esses dados dentro das escolas que disponibilizam os dois turnos a diferença continua, pois em Língua Portuguesa tem se 24,1 pontos e em Matemática são 19,2 pontos.

Outro dado interessante neste levantamento, e que chama a atenção para essas diferenças, é a pontuação atingida por alunos do 9º ano do ensino fundamental (246) em comparação com os do ensino médio (240) em Língua Portuguesa.

No ano de 2006 o MEC revelou dados onde, invariavelmente registram-se problemas com a merenda, com a falta de funcionários (vigias, serventes e pessoal administrativo). Às vezes a própria direção não comparece à escola neste período e, quando o faz, é quase sempre movida por razões disciplinares e de segurança, e não pedagógicas.

O cansaço dos professores, a extensão da jornada de trabalho, a instabilidade no emprego, as salas superlotadas, os problemas de segurança, o salário pouco compensador e lecionar uma disciplina para a qual não tem formação também figuram como fatores que dificultam a manutenção de um quadro estável de professores nas escolas noturnas.

A rigidez no cumprimento do horário de entrada, a inadequação dos currículos, dos programas e da metodologia à realidade do público são também fatores agravantes dos problemas do ensino noturno.

Boa parte das discussões sobre democratização da educação têm incluído a temática do ensino regular noturno, sobretudo pela deterioração que vem sofrendo os cursos ministrados nesse período, registrando altos índices de evasão e repetência, isso que o MEC/INEP afirma, registrando 12,9 % de evasão dos alunos matriculados na primeira série do ensino médio entre os anos de 2014 e 2015.

Um dos problemas do curso noturno e que historicamente tem se tornado uma de suas características é o de um curso altamente seletivo, constituído, na sua maioria, por alunos que vem da classe baixa e que necessitam trabalhar. Esse fato é justificado pela necessidade de contribuir com o orçamento doméstico e é revelador do seu baixo nível socioeconômico, e segundo o Censo de 2013 um percentual de 40% de alunos do noturno não trabalhava.

Essa característica-problema indica a manifestação do indisfarçável papel desempenhado pela escola na seleção social de classes. Além dos fatores já mencionados, destaca-se, também, a alta média de idade dos alunos do curso noturno, onde em 2013 o MEC registrou 50% dos discentes do noturno com idade entre 18 e 21 anos, ao passo que no diurno a maioria (54,7%) tem menos de 17 anos.

Este fato denota não só um possível ingresso tardio no sistema de ensino, mas, sobretudo, uma história quase certa de não promoção em outros anos letivos.

Muito se fala da baixa qualidade da Educação Brasileira, do que vem sendo realizado, e do que ainda há por ser feito para que as escolas do país contribuam para o desenvolvimento das capacidades dos alunos, para que tenham liberdade de escolha e possam concretizar seus projetos.

A existência do aluno e do trabalhador-estudante, do aluno que percorre a trajetória de escolarização sem interrupções e daquele que retorna à escola após um período de abandono, sugerem a possibilidade de oferta diversificada de ensino, no sentido de criar ambientes escolares capazes de acolher os diferentes públicos que vêm demandando o Ensino Médio Noturno e potencializar suas escolhas futuras. (BRASIL, 2006, p.99)

Desta maneira, cabe ao professor ter consciência que a quantidade de informações passadas aos alunos não é fator principal na educação, sendo de fundamental importância capacitá-los para lidar com tais informações, fazendo com que cada aluno se aproprie delas e, principalmente, as produzam ou as reconstruam, a partir de suas próprias perspectivas.

A lei de Diretrizes e bases da Educação de 1996 define que a Educação Básica tem por finalidade “desenvolver o educando, e assegurar-lhe a formação indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”.

A lei por si só não muda a realidade. Mas sua existência manifesta um esforço conjunto de vários setores da sociedade brasileira para estabelecer uma referência para transformação da realidade, asseguradas no art. 35 desta referida lei:

- I – a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;
- II – a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;
- III – o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
- IV – a compreensão dos fundamentos científicos-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, elencam-se quatro princípios para o que seria uma “educação para o século XXI”: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser.

Neste cenário destaca-se, a grande importância para o aprender a conhecer, sendo este o fundamento para todos os outros princípios e “síntese de uma

educação que prepara o indivíduo e a sociedade para os desafios futuros, em um mundo em constante e acelerada transformação”.

Propõe-se, no nível do Ensino Médio, a formação geral, em oposição à formação específica; o desenvolvimento de capacidades de pesquisar, buscar informações, analisá-las e selecioná-las; a capacidade de aprender, criar, formular, ao invés do simples exercício de memorização.

Somente quando se dá essa apropriação e transposição de conhecimentos para novas situações é que se pode dizer que houve aprendizado. Do contrário, o que se dá é um simplório mecanismo de memorização.

De acordo com Caporaline (1991), apesar de cumprir uma função fundamental de assegurar o direito à educação desses jovens que de alguma maneira não podem estudar no diurno, o ensino noturno consolida-se, de modo geral, como um ensino de pouca qualidade.

Se é certo que o professor do noturno se defronta com inúmeros fatores de ordem sócio-econômica, administrativa e/ou metodológica, cuja influência negativa é dificilmente reduzida, não seria mais honesto se analisassem tais fatores com o aluno trabalhador, ao invés de deixá-lo muitas vezes erroneamente convicto de que é ele, exclusivamente ele, a causa principal do seu fracasso? Por que não ‘nosso fracasso’?

É preciso acentuar que ninguém está sozinho como responsável por uma condição frustrante em termos de realização escolar no noturno. O professor pode ficar limitado por um conjunto de circunstâncias que escapam as suas decisões e interferências. No entanto, é verdade, precisa lutar para romper essa condição. (CAPORALINI, 1991, p. 186)

Dessa maneira entende-se que a escola procura se eximir da culpa do fracasso do aluno, que em sua maioria já vem para a escola sem se alimentar adequadamente e extenuada pelo trabalho e pelo tempo curto de repouso da noite anterior. A escola deve reconhecer suas próprias dificuldades, buscar alternativas para mudanças, repensar a sua estrutura, sua organização e a sua proposta.

Oliveira (2001) cita o fato de que o sistema de ensino, apesar de abrigar um público tão diferenciado e com problemas tão específicos, não tem sido capaz de produzir medidas significativas no sentido de conhecer melhor e atender os interesses e necessidades dos alunos que estudam à noite.

Segundo Bianchetti (2001), o papel da escola pública e dos educadores é o de integrar tanto a formação humana quanto para o preparo ao trabalho, não sendo este último um fim em si mesmo.

2.4 Educação de Jovens e Adultos (EJA)

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é um campo carregado de complexidades que carece de definições e posicionamentos claros. É um campo político, denso e carrega consigo o rico legado da Educação Popular.

O campo da Educação de Jovens e Adultos tem uma longa história. Sendo um campo ainda pouco consolidado nas áreas de pesquisa, de políticas públicas e diretrizes educacionais, da formação de educadores e intervenções pedagógicas. Um campo aberto a todo cultivo e onde vários agentes participam. De sementeiras e cultivos nem sempre bem definidos ao longo de sua tensa história.

A LDBEN nº 9.394/96 prevê que a educação de jovens e adultos se destina àqueles que não tiveram acesso (ou não deram continuidade) aos estudos no Ensino Fundamental e Médio, na faixa etária de 7 a 17 anos, e deve ser oferecida em sistemas gratuitos de ensino, com oportunidades educacionais apropriadas, considerando as características, interesses, condições de vida e de trabalho do cidadão.

A resolução CNE/CEB nº 1/2000, por sua vez, institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Essas diretrizes são obrigatórias tanto na oferta quanto na estrutura dos componentes curriculares de Ensino Fundamental e Médio de cursos desenvolvidos em instituições próprias, integrantes da organização da educação nacional, à luz do caráter peculiar dessa modalidade de educação.

As diretrizes destacam que a EJA, como modalidade da educação básica, deve considerar o perfil dos alunos e sua faixa etária ao propor um modelo pedagógico, de modo a assegurar:

I – equidade: distribuição específica dos componentes curriculares, a fim de propiciar um patamar igualitário de formação e restabelecer a igualdade de direitos e de oportunidades em face do direito à educação.

II – diferença: identificação e reconhecimento da alteridade própria e inseparável dos jovens e dos adultos em seu processo formativo, da valorização do mérito de cada um e do desenvolvimento de seus conhecimentos e valores. (BRASIL, 2002, p. 17-18)

Ainda de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para EJA, essa modalidade deve desempenhar três funções:

I – Função reparadora: não se refere apenas à entrada dos jovens e adultos no âmbito dos direitos civis, pela restauração de um direito a eles negado, o direito a uma escola de qualidade, mas também ao reconhecimento da igualdade ontológica de todo e qualquer ser humano de ter acesso a um bem real, social e simbolicamente importante. Mas não se pode confundir a noção de reparação com a de suprimento. Para tanto, é indispensável um modelo educacional que crie situações pedagógicas satisfatórias para atender às necessidades de aprendizagem específicas de alunos jovens e adultos.

II – Função equalizadora: relaciona-se à igualdade de oportunidades, que possibilite oferecer aos indivíduos novas inserções no mundo do trabalho, na vida social, nos espaços da estética e nos canais de participação. A equidade é a forma pela qual os bens sociais são distribuídos tendo em vista maior igualdade, dentro de situações específicas. Nessa linha, a EJA representa uma possibilidade de efetivar um caminho de desenvolvimento a todas as pessoas, de todas as idades, permitindo que jovens e adultos atualizem seus conhecimentos, mostrem habilidades, troquem experiências e tenham acesso a novas formas de trabalho e cultura.

III – Função qualificadora: refere-se à educação permanente, com base no caráter incompleto do ser humano, cujo potencial de desenvolvimento e de adequação pode se atualizar em quadros escolares ou não-escolares. Mais que uma função, é o próprio sentido da educação de jovens e adultos. (BRASIL, 2002, p. 18)

Dayrell (2011) estuda um fenômeno que traz, cada vez mais, um maior número de jovens em nossa sociedade: a produção cultural. Para tal, privilegia a juventude de periferia, o público potencial da EJA, mais particularmente os jovens que participam dos grupos musicais ligados aos estilos rap e funk.

Muitos desses jovens é que frequenta, na escola, turmas de EJA e precisam ser vistos como sujeitos sociais e não simplesmente como estudantes ou qualquer outra categoria generalizante. Por isso, a escola e seus profissionais que desejam estabelecer um diálogo com as novas gerações deverão se articular.

Um dos caminhos apontados por esse autor é conhecer esse público com quais trabalham, construir o seu perfil, descobrir como eles constroem um determinado modo de ser jovem.

Gomes (2011) vem debater a importância e a centralidade da temática da questão racial na educação de jovens e adultos, na medida em que os projetos escolares e não escolares da EJA atendem um público majoritariamente pobre e negro.

Buscando um equilíbrio entre a inquietação e o reconhecimento das conquistas do debate, a autora sinaliza a existência de uma pequena mudança, que nasceu da ação dos sujeitos sociais sempre procurando mudanças, Nilma ainda aponta diante de alguns desafios na articulação entre EJA e questão social, propostas que destacam a relevância da implementação das ações afirmativas.

Gonçalves (2011) discute que nem sempre os profissionais e estudiosos das políticas e práticas voltadas para a juventude e a vida adulta consideram o papel social e político do lazer na vida e na construção das identidades dos sujeitos, sobretudo dos negros que fazem parte das camadas populares e vivem processos de exclusão e vulnerabilidade social.

Segundo o autor, as desigualdades que atingem a juventude em situação de vulnerabilidade social (na sua maioria negra) têm de ser enfrentadas com políticas públicas que imprimam uma nova visão no que se refere à inclusão de grupos com uma longa história de discriminação.

Souza (2011) traz reflexões sobre as articulações possíveis entre a EJA e a cultura popular, sintetizando o conjunto dos resultados de um projeto de pesquisa, onde ele ressalta que valorizar a cultura do povo não significa concebê-la por um viés romântico e acrítico.

Suas práticas representam também inúmeros limites. O que leva ao diálogo entre Escola e EJA, onde, a escola é pensada como um espaço sociocultural, de construção, produção e socialização de conhecimentos e vivências. Ela é vista, também, como espaço/tempo de formação de sujeitos sociais concretos e, sobretudo, como conquista de grupos sociais e étnico-raciais com histórico de luta, exclusão e discriminação.

No que diz respeito aos educadores da Educação de Jovens e Adultos, Giovanetti (2011), além de explicitar o legado da Educação Popular para a reflexão sobre o processo de formação de educadores de EJA, destaca duas marcas que

são identidades da EJA: o pertencimento dos jovens e adultos às camadas populares e a perspectiva da mudança social norteando o processo educativo.

Com o objetivo de responder à questão de como pensar a formação de educadores de EJA, marcada pela intencionalidade de contribuir para um processo de mudança social, o texto sinaliza possíveis contribuições de uma interlocução com a filosofia e com as Ciências Sociais, clareando as concepções de mundo, de homem e de sociedade que respaldam um processo educativo.

A formação de educadores voltada para a transformação social é discutida também por Pereira (2011), na oportunidade a descoberta do campo da formação de educadores voltada para a transformação social como área de pesquisa e militância na educação é refletida pelo autor, que analisa também as potencialidades e os desafios do desenvolvimento de projetos de formação de educadores voltados para a transformação social na educação de pessoas jovens e adultas.

Soares (2011) aponta para a necessidade de maiores reflexões sobre a formação inicial e continuada do educador da Educação de Jovens e Adultos, e também sinaliza para as possibilidades de atuação do egresso do curso de Pedagogia nesse campo.

De acordo com Carvalho (2011), o Brasil tem um débito ainda bastante significativo na educação dos considerados adultos que, por motivos dos mais diversos, não puderam frequentar os bancos escolares, de maneira a complementar o ensino básico.

Isso da o tamanho da importância do fato do abandono escolar de jovens ser marcante em épocas passadas, no entanto, este fato ainda é relevante. Consideramos então a relevância da EJA para preencher esta lacuna, oportunizando o retorno aos bancos escolares de forma a possibilitar novos horizontes àqueles que não conseguiram completar seus estudos, que na grande maioria das vezes ocorreu por conta da necessidade imperiosa de se engajar o quanto antes no mercado de trabalho.

O alcance da EJA segundo Carvalho (2011) possibilita diminuir os preconceitos entre jovens e adultos. Que é um preconceito tanto de jovens para velhos como de velhos para os mais jovens.

Aceitar que jovens e adultos de diversas idades, incluindo mais velhos, possam dividir os mesmos espaços, é contribuir para o rompimento deste afastamento.

No entanto, como trabalhar este desafio em sala de aula ainda se apresenta como um problema, já que nossa sociedade ainda é bastante preconceituosa e procura negar de várias formas a rigidez do envelhecimento.

2.5 O Ensino Médio no Brasil e na Bahia

Ao se analisar o número de matrículas no Ensino Médio no estado da Bahia, de acordo com o INEP/MEC assim como a nível federal, é visível a queda na procura por esta modalidade de ensino. Em 2013 houve 575.378 matrículas, ao passo que em 2014 foram 561.978 e em 2015 o número de alunos matriculados no ensino médio foi de 553.405.

Segundo a Secretaria de Educação do Estado da Bahia (SEC/BA) em suas Orientações Curriculares para o Ensino Médio (2015), dentre os principais desafios da educação brasileira com relação ao Ensino Médio, encontra-se tanto a ampliação da oferta de vagas, quanto à permanência dos estudantes na escola.

Mesmo mobilizados por demandas das mais diversas ordens, a escola pode parecer aos alunos uma realidade distante e fora do contexto. No entanto, aquilo que, num primeiro momento, pode parecer sem significado ou que não atende suas necessidades mais imediatas, poderá tomar outra dimensão ao longo do tempo.

Essa relação com a escola leva, muitas vezes, ao abandono exigindo que a instituição ressignifique suas práticas e seus fazeres cotidianos.

A situação que expressa o desinteresse dos alunos do Ensino Médio pela vida escolar segundo a SEC/BA (2015) tem alimentado reflexões sobre as possibilidades de tornar esse importante momento do processo de formação em algo mais significativo.

Muitas vezes o desafio é entendido pelos sistemas de ensino como sendo o da necessidade de organizar um currículo que seja capaz de, ao mesmo tempo, formar para a continuidade dos estudos no Ensino Superior, e prepara-los para o mercado de trabalho.

No Brasil, segundo dados do Observatório do Plano Nacional de Educação (PNE), plataforma online criada por iniciativa de 20 organizações brasileiras, sob a coordenação do movimento Todos Pela Educação, que monitora os indicadores referentes a cada uma das 20 metas do PNE, cerca de 2,5 milhões de crianças e jovens de 4 a 17 anos estão fora da escola.

Desses, aproximadamente 1,5 milhões são jovens de 15 a 17 anos que deveriam estar cursando o Ensino Médio, entretanto, a recente melhora das taxas de fluxo escolar no Ensino Fundamental faz aumentar o número de matrículas do Ensino Médio, mas, o País ainda está longe de alcançar patamares ideais visto que altas taxas de evasão persistem no Ensino Médio.

Dados deste mesmo Observatório demonstram a situação em 2015 referentes aos jovens entre 15 a 17 anos que estavam frequentando a escola, e observa-se 84,3% desses jovens matriculados na escola.

Também é informado que 62,7% dos jovens entre 15 e 17 anos que estavam frequentando o Ensino Médio. E comparando a situação da Bahia aos dados nacionais, para o ano de 2015, é notável no que se refere ao atendimento escolar de estudantes entre 15 e 17 anos, que a Bahia apresenta resultados muito próximos ao nacional, com respectivamente 82,6% na Bahia e 84,3% no Brasil.

Percebe-se com os dados do estudo do PNE que o mesmo não ocorre quando se refere ao total de estudantes entre 15 a 17 anos matriculados no Ensino Médio. Nesse caso o Brasil possui 62,7% de estudantes matriculados no Ensino Médio e a Bahia 49,8%, o que demonstra a complexidade e a necessidade do enfrentamento da situação com políticas eficazes.

De acordo com as Orientações Curriculares para o Ensino Médio da SEC/BA (2015), o problema com esse nível de ensino é complexo e, apresenta algumas medidas para resolução deste problema, tais como: a necessidade de ampliação da educação profissional integrada ao ensino médio; a construção de currículos diversificados e flexíveis para se adequar as escolhas e aos interesses dos (as) estudantes em articulação com os contextos locais, entre outros.

Essas orientações ainda ressalta que esses são aspectos que pode vir a cooperar para que o estudante perceba o Ensino Médio não apenas como uma etapa obrigatória para o acesso ao Ensino Superior, ou como etapa final de seu

processo de escolarização, mas, principalmente, como possibilidade de formação cidadã e de qualificação para o trabalho.

Para tanto, será necessário articular e integrar saberes e conhecimentos das diversas áreas as vivências artísticas e culturais, a tecnologia, ao esporte e ao mundo produtivo.

2.5.1 O Contexto Baiano

Tratar sobre o contexto baiano exige segundo a SEC/BA (2015) privilegiar uma perspectiva em que os aspectos da pluralidade, da diversidade cultural e territorial passem a ser centrais.

Assim a Bahia, que deve ser pensada a partir dos hábitos, costumes e tradições do seu povo, deve ser percebida, portanto, como imersa numa variedade de aspectos culturais, formadores de uma identidade singular, de uma memória histórica, na qual os estudantes apoiam suas experiências pessoais e os conhecimentos que possuem no mundo.

Nesse sentido, de acordo a SEC/BA (2015) é preciso alargar o olhar sobre a Bahia percebendo-a para além se sua Região Metropolitana, ou sua capital, Salvador, centro de expressão nacional. Assim, tratar do contexto baiano exige considerar a força do interior, aqui entendido como as regiões que adentram geograficamente a partir do litoral, revelando outros modos de viver diferentes da capital litorânea.

Do interior emergem as expressões culturais dos sertões, das diversas nações africanas e dos povos indígenas, da nação grapiúna, da região do São Francisco, dos povos ciganos, quilombolas, das comunidades tradicionais, entre tantas outras, com suas formas de vida autênticas que revelam a capacidade de seus habitantes de expressarem por meio da literatura, da pintura, da música, do teatro, da dança, dimensões fundamentais de sua identificação comunitária, dos modos de viver e produzir, das maneiras de sentir e querer.

O lugar do qual se está falando, a Bahia, segundo informações da SEC/BA possui importantes características geográficas, econômicas, políticas e sociais no centro das quais emerge a identificação comunitária do seu povo que, entre 2000 e

2010, de acordo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), passou de 13.070.250 para 14.016.906 habitantes, concentrando a maior população rural do Brasil.

Para compreender o contexto baiano é necessário considerar, portanto, que a Bahia apresenta aspectos bastante diversificados quanto a sua configuração ambiental, geográfica e de desenvolvimento econômico, sociopolítico e cultura.

A SEC/BA (2015) afirma que a Bahia é formada por 417 municípios, 7 mesorregiões e 32 microrregiões, o território baiano determina dinâmicas demográficas específicas e, conseqüentemente, a demanda de políticas adequadas a composição demográfica e identidade populacional.

Esta mesma Secretária tem o propósito de atender a essas demandas, o governo da Bahia estabeleceu, a partir de 2008, 26 Territórios de Identidade, acrescentando mais um território a partir de 2011, divisão feita com base em especificidades que conferem identidade a cada um dos 27 territórios, cuja definição foi feita levando-se em conta questões humanas, indenitárias, culturais, as quais delineiam o perfil social, cultural, econômico e político do povo baiano.

Uma informação importante quanto à heterogeneidade que marca a Bahia segundo a SEC/BA (2015) está relacionada às condições de vida da população, conforme se pode perceber nas diferenças entre o Produto Interno Bruto de seus Territórios de Identidade, que variam entre 43,4% do PIB do Estado da Bahia na Região Metropolitana de Salvador, a 0,4% do PIB total da Bahia na Região da Bacia do Paramirim, esses são números do IBGE.

Com base nos dados do IBGE e informações da SEC/BA, o cenário que configura o território baiano, é demarcado por condições socioeconômicas heterogêneas que alimentam desigualdades estruturais históricas, bem como pela diversidade de culturas e fazeres coletivos plurais, deve constituir o chão sob o qual a organização dos saberes escolares se materializa no currículo.

Trata-se, nesse caso, de entender o currículo e o processo de formação escolar, como um fenômeno antropológico, em que é necessário ampliar a perspectiva sobre a cultura, entendendo-a como consciência do passado, como forma de participação e envolvimento no presente e como caminho para pensar o futuro.

É desse lugar cultural, rico e diverso, que de acordo a SEC/BA (2015) deve enraizar o trabalho escolar dando-lhe sentido e força para garantir uma formação com pertinência social que permita o desenvolvimento integral dos discentes. Tais condições implicam diretamente na forma como o Ensino Médio deverá promover a integração de conhecimentos gerais com os processos de trabalho e a sustentabilidade social e ambiental.

Ainda cabe citar que nesse processo formativo, questões como a centralização do trabalho em detrimento da escolarização e o conseqüente fenômeno migratório da população das zonas rurais para os espaços urbanos das pequenas, médias e grandes cidades mostram que há necessidades específicas que devem nortear as políticas do ensino.

Um dos grandes desafios é, sem dúvida, integrar o período dedicado a escola com outras experiências necessárias e significativas para o aluno do Ensino Médio, tais como o trabalho, o contato com os amigos e as atividades de lazer, a fim de evitar o grave problema da evasão e da repetência.

Dessa forma, segundo a SEC/BA (2015) o processo educacional de promover a valorização do patrimônio histórico-cultural de cada território considerando sua identidade social, racial, particularmente dos negros e dos povos indígenas, promovendo a ressignificação positiva e o respeito à diversidade e a pluralidade étnica tão bem demarcada na Bahia em seus Territórios de Identidade.

Nesse fazer, cabe aos professores seguindo uma orientação da SEC/BA, assim como a todos os profissionais que atuam na escola, refletir sobre as práticas pedagógicas utilizadas, a fim de que a escola se constitua em um espaço inclusivo, não racista, não sexista, não homofóbico, cheio de vivências marcadas pelo reconhecimento das diversidades, e por possibilidades que permitam o desenvolvimento integral dos estudantes.

2.5.2 Os estudantes baianos

A organização do ambiente escolar, espaço marcado pelas singularidades e diversidades dos sujeitos que nela convivem de acordo com a SEC/BA (2015), é

feita de forma que a aquisição de habilidades e o conhecimento de determinados conteúdos sejam adequados a determinadas etapas do desenvolvimento humano.

A SEC salienta que as regras específicas da organização escolar para o Ensino Médio da Bahia têm enfrentado situações diferenciadas que obrigam uma ressignificação do ensino instituído, dos projetos políticos pedagógicos e dos currículos escolar, pois os índices de evasão e repetência segundo o Anuário da Educação da Bahia 2012 mostra que a escolarização tardia é uma realidade a ser considerada.

Tabela 1: Aprovação, reprovação e abandono.

Ano	Aprovação em %	Reprovação em %	Abandono em %
2003	68,3	10,8	20,9
2004	69,0	9,9	21,1
2005	68,9	10,2	20,9
2006	68,9	10,2	20,9
2007	68,7	11,4	19,9
2008	68,0	12,2	19,8
2009	69,7	11,8	18,5
2010	71,9	12,4	15,7
2011	72,6	14,9	12,5
2012	73,6	12,3	14,1

Fonte: Anuário Estatístico da Educação da Bahia, 2012.

Como se pode observar, o abandono dos alunos do Ensino Médio vem diminuindo a cada ano, no entanto, a taxa de reprovação tem aumentado, revelando que o que vem sendo conquistado por um lado é perdido por outro.

Ao analisar os dados do atendimento no Ensino Médio nas escolas baianas em comparação com o contexto mais amplo, podemos observar que, em 2015, as porcentagens de jovens de 19 anos que concluíram o ensino médio estavam abaixo da média nacional (58,5%).

Essa foi a realidade da maioria dos outros estados nordestinos, ficando a Bahia (47,4%) apenas em posição melhor do que os estados de Alagoas (37,7%),

Piauí (43,3%) e Sergipe (42,7%), esses são dados do Anuário Brasileiro da Educação Básica, 2017.

Além dos dados indicados acima, segundo o Anuário Brasileiro da Educação Básica (2017), há que se destacar que

o Ensino Médio vem sendo considerado a etapa mais desafiadora da Educação Básica brasileira. Desinteressante para os jovens, não oferece caminhos que promovam o diálogo entre os conteúdos curriculares e o mundo fora da escola. Como resultado, os indicadores de atendimento e fluxo patinam há vários anos. Hoje, 1,7 milhão de jovens de 15 a 17 anos não estão matriculados no Ensino Médio. (BRASIL, 2017, p.30)

Aliado a isso, nas escolas, segundo a SEC/BA (2015) verifica-se a existência de diferentes grupos culturais, a heterogeneidade no interior dos diversos grupos e as diferentes bases da constituição intelectual dos estudantes.

Pensar no estudante baiano do Ensino Médio é pensar na diversidade sociocultural e econômica que caracteriza o estado da Bahia. Nesse sentido, os dados do Observatório do PNE (2015) têm revelado que, a Bahia tem uma grande presença de estudantes pretos (83,6%) e pardos (82,7%), e ainda segundo a SEC/BA, dentre os baianos esses estudantes são os que apresentam os piores resultados, demandando políticas efetivas para a superação das desigualdades de origem social e racial.

Para evidenciar a diversidade e a heterogeneidade dos estudantes, a SEC/BA (2015) traz alguns aspectos importantes que foram coletados dos questionários do Sistema de Avaliação Baiano da Educação (Sabe), referentes aos estudantes das 1ª e 2ª séries do Ensino Médio em 2013, onde os alunos declaram sua raça/cor de acordo com a tabela a seguir:

Tabela 2: Raça/cor

Raça/cor	1ª série em %	2ª série em %
Amarelo (a)	6,1	5,9
Branco (a)	15,3	14,6
Indígena (a)	5,6	4,3
Pardo (a)	47,9	50,5

Preto (a)	21,8	21,8
Nulas	1,0	0,8
Branças	2,3	2,1

Fonte: Tabela elaborada pelo pesquisador conforme dados da SEC/BA (2015)

Quanto ao sexo, os dados de acordo a SEC/BA (2015) revelam o predomínio de estudantes do sexo feminino com um percentual de 58,2% contra 41,8% de estudantes do sexo masculino, na 1ª série, e de 59,4% de estudantes do sexo feminino e 38,2% do sexo masculino na 2ª série.

Deve-se considerar que o percurso escolar regular nessa etapa de conclusão da Educação Básica conta com muitas variáveis relacionadas às transformações sociais vivenciadas atualmente.

A SEC/BA ainda afirma que diferentemente das gerações anteriores, a sociedade em seu conjunto convive, hoje, com informações de toda ordem e com práticas sociais e valores heterogêneos, o que modifica as expectativas dos discentes em relação às escolas.

Com relação a essa constatação de acordo com a SEC/BA (2015) quando se refere aos alunos do Ensino Médio baiano que estudam em escolas públicas da rede estadual, os dados revelam que ainda existe um grande contingente desses estudantes que não tem acesso a internet em suas residências (45,1% na 1ª série, e 44,4% na 2ª série).

Esse dado demonstra que ainda há muito por fazer no que se refere a políticas educacionais que favoreçam a inclusão digital dos estudantes, condição importante para sua inserção no mundo contemporâneo marcado pelo desenvolvimento das tecnologias da informação.

Segundo a SEC/BA (2015) as condições e possibilidades que se configuram viáveis para o aluno baiano, suas expectativas em relação ao futuro e como eles veem a comunidade em que vivem resultam de um processo de identificação que se dá de muitas maneiras.

As informações divulgadas pelos meios de comunicação, a experiência das desigualdades sociais, a imagem que os estudantes têm do estado e do país em

que vivem são fundamentais no processo de formação e suas identidades e para a construção de suas expectativas com relação à formação que estão vivenciando.

Nesse sentido, os dados do Sabe/Avalie Ensino Médio (2013), apresentados pela SEC/BA (2015) são significativos quanto às experiências desses estudantes com relação à escola e, mais especificamente, sobre o que gostariam de fazer ao concluir o Ensino Médio, demonstrando que a grande maioria, 52% entre os que estão na 1ª série, e 56,4% entre os que estão na 2ª série, tem interesse em continuar os estudos na Educação Superior, seja em instituições públicas ou privadas.

Quanto aos projetos futuros de realização pessoal e profissional, os estudantes compõem um dos segmentos mais frágeis na disputa que o mundo do trabalho estabelece, pois, para muitos desses estudantes, sua dedicação aos estudos acaba se transformando em uma atividade secundária, substituída, muitas vezes, por trabalho autônomo de baixa remuneração, sem carteira de trabalho assinada.

Dados do Sabe/Avalie Ensino Médio (2013), em relação ao percentual de estudantes que trabalham ao mesmo tempo em que realizam seus estudos, revela que apenas 30,2% dos estudantes que estão cursando a 1ª série e 26,8% do que estão cursando a 2ª série nunca trabalharam e não estão procurando trabalho.

Ficando evidente que a maioria (65,4% dos que estão cursando a 1ª série e 69,3% do que estão cursando a 2ª série) estava trabalhando no momento da coleta dos dados, ou estava procurando trabalho.

As perspectivas e possibilidades de um futuro profissional para esses estudantes implicam a necessidade de produzir novos direcionamentos para o Ensino Médio, sendo esse um dos eixos importantes na concepção global dessa etapa de ensino.

Diante disso nota-se a importância da implementação do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, instituído pela Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008; pelo Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004 e resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de fevereiro de 2005.

Além do exposto, vale destacar que o universo sociocultural do estudante baiano se configura de acordo com a SEC/BA como um processo em constante

transformação de referências tradicionais, como a família, grupos e ambientes sociais.

A diversidade religiosa na Bahia é um bom exemplo de como os valores culturais, no contexto global das várias comunidades que integram o estado, mostram-se diversificados e múltiplos, apesar de conservarem marcas históricas e culturais próprias.

Os saberes constituídos das diversas religiosidades somadas às crenças populares formam um conjunto bastante plural e importante para o fortalecimento da identidade dos estudantes.

Em relação à diversidade de gênero e de sexualidade, as Diretrizes Curriculares Nacionais estabelecem que se deve promover a

valorização e promoção dos direitos humanos mediante temas relativos a gênero, identidade de gênero, raça e etnia, religião, orientação sexual, pessoas com deficiência, entre outros, bem como práticas que contribuam para a igualdade e para o enfrentamento de todas as formas de preconceito, discriminação e violência sob todas as formas. (BRASIL, 2012, p.7)

Além disso, um amplo conjunto de legislações e programas governamentais busca garantir o respeito à orientação sexual dos (as) estudantes, dentre os quais destacam-se:

I – A lei nº 12.361, de 17 de novembro de 2011, que aprova o Plano Estadual de Juventude e estabelece orientações para políticas públicas desenvolvidas pelo Estado voltadas aos jovens com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos. O Plano em referência, em sua Seção V, art. 17, trata da diretriz específica de jovem LGBT, visando garantir o respeito às diferentes formas de orientação sexual e o seu direito de livre expressão.

II – A Resolução CEE, nº 120, de 20 de dezembro de 2013, que dispõe sobre a inclusão do nome social dos (as) estudantes travestis, transexuais e outros no tratamento, nos registros escolares e acadêmicos nas instituições de ensino que integram o Sistema de Ensino do Estado da Bahia.

III – O Programa Brasil sem Homofobia, de combate à violência e à discriminação contra LGBT e de promoção da cidadania homossexual, tem como um dos seus princípios fundamentais a “reafirmação de que a defesa, a garantia e a promoção dos direitos humanos incluem o combate a todas as formas de discriminação e de violência e que, portanto, o combate à homofobia e a promoção dos direitos humanos de homossexuais é um compromisso do Estado e de toda sociedade brasileira”. (BRASIL, 2004, p.12)

A diversidade de gênero e de sexualidade é segundo a SEC/BA (2015) uma questão relevante para os e alunos que vivenciam o resultado de fortes mudanças nos comportamentos, valores, crenças e atitudes frente à sexualidade.

As programações dos meios de comunicação como as novelas e programas de auditório para jovens, além das redes sociais da internet, dão visibilidade às formas alternativas de se viver a sexualidade e contribuem para propagar uma multiplicidade de expressões e procedimentos relacionados à experiência sexual, que são determinantes de comportamentos bastante diferentes daqueles já assimilados e tradicionalmente aceitos como padrão pela sociedade.

A SEC/BA (2015) diz que as convenções sociais, adotadas por cada comunidade de indivíduos, compreendem fundamentos, normas e sistemas relacionados à convivência, às emoções e aos parâmetros definidos pela maneira como as pessoas são vistas umas pelas outras e com os quais elas se identificam.

Assim, ao falar em educação e diversidade sexual no ambiente escolar fica evidente que se deve levar em consideração que a interação social também perpassa por questões relacionadas à diversidade das representações sociais do masculino e feminino, gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transgêneros, entre outros representantes das diversas expressões assumidas pela sexualidade humana.

Uma educação que contemple aspectos tão diversos pressupõe de acordo a SEC/BA formas de atuação também diversos, abertas ao diálogo e à participação efetiva da comunidade.

Essa perspectiva determina diretrizes básicas, como incluir nas matrizes curriculares a relevância da participação das diferentes culturas e etnias na formação do povo e da cultura brasileira, conforme determina a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 20 de dezembro de 1996, em seu art. 26.

Por essa razão, a oferta do Ensino Médio para povos indígenas, do campo e quilombolas tem como princípios norteadores a sociodiversidade e a interculturalidade, a fim de assegurar que aspectos particulares da vivência cotidiana, das crenças, das línguas maternas e do sentido de territorialidade sejam considerados no momento em que são determinadas as formas de ensino e aprendizagem.

As escolas indígenas, em particular, precisam ser estruturadas a partir das especificidades dos diferentes povos, com ensino bilíngue e/ou multilíngues e seguem regulamentos jurídicos específicos, conforme orienta o Parecer CNE/CEB nº 14 de 14 de setembro de 1999.

Em um estado como a Bahia, em que a população negra representa um percentual de 17,1%, segundo o IBGE (2010), a SEC/BA (2015) defende que a identidade negra deve estar na base do princípio formativo.

Dessa maneira se faz necessário que a educação no âmbito baiano contemple a temática da história da Bahia como tema destacado do componente curricular de História e como tema transversal em todos os outros componentes curriculares das três séries do Ensino Médio.

Assim, a cultura afro-brasileira, bem como a cultura dos povos indígenas, garantida pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e pela Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, torne-se mais significativa para os estudantes, possibilitando reconhecê-los como integrantes de uma cultura pluriétnica.

Mediante o cenário baiano, que apresenta aspectos bastante diversificados nos âmbitos econômicos, socioculturais, ambientais e geográficos, A SEC/BA afirma a necessidade da inserção de políticas educacionais que contemplem a diversidade cultural oriunda das afrodescendentes, que compõem, em sua maioria, a população do estado da Bahia.

Nesse sentido, fica viável e necessário implantar ações estruturais que incluam práticas interdisciplinares que potencializem cotidianamente as práticas pedagógicas.

O que foi citado até aqui são pressupostos que a SEC/BA (2015) afirma ser de extrema importância para que uma educação de qualidade que é direito de todos seja garantida.

O professor tem um papel fundamental na implementação dessas ações para uma educação de qualidade nas escolas, e essa função do professor merece destaque e que o mesmo deve ser reconhecido e valorizado.

2.6 O Professor do Ensino Médio

De acordo com a SEC/BA (2015) é na vida diária que os professores, juntamente com os estudantes e num ambiente escolar específico, vão descobrindo os melhores caminhos para tornar possível o alcance de uma ação formativa que favoreça a construção de trajetórias individuais e coletivas comprometidas com a cidadania, a democracia e uma vida digna.

Nesse cenário, ganham destaque as relações estabelecidas entre os professores e os estudantes no processo de ensino e de aprendizagem.

Ainda citando informações da SEC/BA, o desenvolvimento das atividades profissionais dos professores, as concepções e significados que embasam suas práticas de planejamento, de ensino, de avaliação, entre outras, vão sendo construídos ao longo do tempo e precisam ser respeitados.

É dessa síntese, definida pela mediação entre trajetórias pessoais e coletivas, que emergem as práticas profissionais em contextos institucionais específicos.

Dessa forma, a SEC/BA diz que a situação do conjunto da equipe escolar, envolvendo jornada de trabalho, programas de desenvolvimento profissional e condições de organização do trabalho pedagógico, tem um peso significativo para o êxito do processo de ensino aprendizagem, e conseqüentemente terá um aluno melhor preparado ao final do Ensino Médio para buscar uma inserção no mercado de trabalho ou prosseguir nos estudos.

Em uma escola que busca a formação humana integral dos estudantes é imprescindível que a equipe de professores identifique as expectativas e necessidades de desenvolvimento integral dos estudantes nos aspectos físico, intelectual, emocional, social, cultural etc., articulando oportunidades educativas capazes de atendê-las, para isso o professor precisa de todo o apoio e de uma boa estrutura física e de pessoal da escola.

Dessa maneira cabe ao professor:

Atuar em sintonia com o Projeto Político Pedagógico da Escola; Conhecer o contexto de vida do (a) estudante, de sua família e da comunidade em que a escola está inserida; Estar atendo às diferenças [...]; Estabelecer sintonia com os interesses, anseios e projetos de vida dos (as) estudantes e apoiá-los (as) no alcance dos seus objetivos; Manter diálogo com as famílias dos (as) estudantes, criando mecanismos para fortalecer o seu desenvolvimento integral; Promover atividades pedagógicas tendo por base práticas interdisciplinares [...]; Alimentar relações menos hierárquicas e mais dialógicas com os (as) estudantes [...]; Provocar os (as) estudantes para o desenvolvimento de atitudes criativas, [...]; Realizar processos de avaliação

do ensino e da aprendizagem contando com os (as) estudantes como sujeitos principais, [...]; Trabalhar de forma colaborativa com outros (as) professores (as) da escola e de outras escolas, [...], propor projetos e ações inovadoras que possam contribuir para o alcance do projeto formativo definido pela escola. (BAHIA, 2015, p.28)

As políticas públicas e, mais especificamente as políticas educacionais, nesse cenário segundo a SEC/BA (2015) assumem também um papel de grande importância na medida em que definem, a partir dos interesses em jogo na sociedade, os direcionamentos mais amplos para enfrentar os desafios vividos no âmbito dos sistemas de ensino e do cotidiano das escolas.

Um exemplo importante das políticas públicas para a Educação Básica, fruto das lutas históricas dos professores, foi a aprovação da Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica. O capítulo VII, art. 18, da Resolução citada, ao tratar dos “profissionais do magistério e sua valorização”, afirma que:

§ 3º A valorização do magistério e dos demais profissionais da educação deve ser entendida como uma dimensão constitutiva e constituinte de sua formação inicial e continuada, incluindo, entre outros, a garantia de construção, definição coletiva e aprovação de planos de carreira e salário, com condições que assegurem jornada de trabalho com dedicação exclusiva ou tempo integral a ser cumprida em um único estabelecimento de ensino e destinação de 1/3 (um terço) da carga horária de trabalho a outras atividades pedagógicas inerentes ao exercício do magistério [...]

Isto posto fica esclarecido que valorizar e capacitar continuamente o professor, em especial o que atua no Ensino Médio, bem como investir em melhorias físicas nas instituições de ensino, é determinante para uma evolução e conseqüente melhoria nos níveis de educação (ensino e aprendizagem) dos jovens que frequentam a escola pública.

2.7 Políticas Educacionais para o Ensino Médio

No contexto atual, dentre o conjunto das políticas públicas, as políticas educacionais de acordo com a SEC/BA vêm assumindo cada vez mais destaque, na

medida em que a educação formal tem se tornado um tema de grande interesse social e se constituído como prioridade nas agendas governamentais.

A perspectiva que tem sido privilegiada é aquela que remete à necessidade de definir políticas que contribuam para viabilizar um projeto educativo que tome por base o respeito às diversidades presentes na sociedade, garantindo oportunidades iguais para os sujeitos sociais de forma democrática.

A orientação para a superação dessa duplicidade de funções do Ensino Médio está claramente consolidada nas políticas educacionais atuais. Nesse sentido, as disposições legais sobre o Ensino Médio, definidas pela Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, afirmam que uma educação geral para a inserção social cidadã e a formação para o trabalho não se contrapõem, pelo contrário, se complementam como um dos direitos fundamentais dos estudantes.

Para tanto, as políticas educacionais têm se voltado não apenas para o aspecto da expansão do atendimento no Ensino Médio, mas também, para a permanência dos estudantes na escola, o que exige o aperfeiçoamento constante do processo de escolarização e envolve aspectos que vão desde a formação dos professores à elaboração do projeto pedagógico das escolas; à qualidade do material didático até às condições de infraestrutura.

Em termos legais, um conjunto de regulamentações nacionais vem sendo produzido voltado ao enfrentamento do desafio de garantir o direito de acesso dos alunos ao Ensino Médio e de melhorar a sua qualidade.

Nesse sentido, destacam-se:

- a) a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), regulamentado pela Lei nº 11.494, de 2007 e pelo Decreto nº 6.253, de 2007, em substituição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF);
- b) a aprovação da Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, instituída por meio da Resolução CNE/CEB nº 2, de 30 de janeiro de 2012;
- c) o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), regulamentado por meio da Portaria MEC Nº 438, de 28 de maio de 1998, que visa obter referências nacionais com relação ao desempenho do estudante ao fim da Educação Básica, buscando contribuir para a melhoria da qualidade dessa etapa de escolaridade e para a reestruturação dos currículos do Ensino Médio;
- d) o Programa Ensino Médio Inovador instituído pela Portaria nº. 971, de 9 de outubro de 2009, que visa promover discussões sobre o EM juntos

- aos diversos sistemas de ensino, fomentar propostas curriculares inovadoras nas escolas do EM e disponibilizar apoio técnico e financeiro, em consonância com as demandas da sociedade contemporânea. (MEC/SEB, PROEMI, Documento Orientador, 2013);
- e) o Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio, regulamentado por meio da Portaria Ministerial nº 1.140, de 22 de novembro de 2013, que prevê a formulação e implementação de políticas integradas entre o Ministério da Educação e as secretarias estaduais e distrital de educação, visando elevar o padrão de qualidade do Ensino Médio nas suas diferentes modalidades, com ênfase na valorização da formação continuada dos professores e dos coordenadores pedagógicos que atuam no Ensino Médio público, nas áreas rurais e urbanas, e incentivar o desenvolvimento de ações na escola visando o redesenho curricular numa perspectiva de integração da ciência, cultura, trabalho e tecnologias. (BAHIA, 2015, p.30)

Além dessas disposições legais, é necessário destacar o Plano Nacional de Educação (2014-2024), que, a partir da Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009, passou de uma disposição transitória da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996) para uma exigência constitucional com periodicidade decenal, passando a ser entendido como política de Estado e fundamento para a construção de planos estaduais e municipais de educação.

De acordo com o documento “Planejando a Próxima Década: Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação”, criado pelo MEC, por meio da Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino, a elaboração do PNE implica

[...] assumir compromissos com o esforço contínuo de eliminação de desigualdades que são históricas no País. Portanto, as metas são orientações para enfrentar barreiras para o acesso e a permanência; as desigualdades educacionais em cada território com foco nas especificidades de sua população; a formação para o trabalho, identificando as potencialidades das dinâmicas locais; e o exercício da cidadania. A elaboração de um plano de educação não pode prescindir de incorporar os princípios do respeito aos direitos humanos, à sustentabilidade socioambiental, à valorização da diversidade e da inclusão e à valorização dos profissionais que atuam na educação de milhares de pessoas todos os dias. (BRASIL, 2014, p.9)

No que diz respeito às metas definidas para o Ensino Médio destaca-se a Meta 3, que visava universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até o final do período de vigência do PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85%.

A Meta 3 do PNE trata de um dos mais antigos problemas do atendimento educacional no Brasil, que é a universalização do Ensino Médio.

A partir da aprovação do FUNDEB e principalmente da Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009, que amplia a obrigatoriedade da oferta da Educação Básica dos 4 aos 17 anos de idade, a questão da universalização do Ensino Médio entrou na agenda das políticas governamentais de maneira mais efetiva e como uma necessidade de dar respostas urgentes à sociedade.

A SEC/BA (2015) evidencia essa situação com dados do Censo da Educação Básica de 2013 que mostra um cenário, com o Brasil possuindo 41.141.620 alunos matriculados nas redes públicas estaduais e municipais de ensino, nas áreas urbanas e rurais. E desse total apenas 7.109.582 estão no Ensino Médio, o que equivale a 17,3% do total das matrículas.

Esses números mostram ainda que é necessária a ampliação da oferta de vagas no Ensino Médio para que a meta possa ser alcançada. E se for considerado que uma das metas para o Ensino Fundamental é melhorar a taxa de conclusão na idade adequada, torna-se ainda mais urgente a expansão a que está referindo.

Para dá conta da meta proposta e melhorar a qualidade do Ensino Médio, o PNE aponta um conjunto de estratégias, dentre as quais se destaca a seguinte:

3.1. Institucionalizar programa nacional de renovação do Ensino Médio, a fim de incentivar práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares estruturadas pela relação entre teoria e prática, por meio de currículos escolares que organizem, de maneira flexível e diversificada, conteúdos obrigatórios e eletivos articulados em dimensões como ciência, trabalho, linguagens, tecnologia, cultura e esporte, garantindo-se a aquisição de equipamentos e laboratórios, a produção de material didático específico, a formação continuada de professores e a articulação com instituições acadêmicas, esportivas e culturais. (BRASIL, 2014, p.22)

Ainda com relação às políticas voltadas à melhoria da qualidade da educação brasileira, que atinge diretamente o Ensino Médio, destaca-se o debate em torno da elaboração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

A proposta da BNCC se articula à meta do PNE ao se constituir como estratégia para fomentar a qualidade da Educação Básica, do fluxo escolar e da aprendizagem.

Para avançar nessa discussão o Ministério da Educação (MEC) convocou pesquisadores e professores representantes de todas as etapas da Educação Básica e representantes de secretarias da Educação dos estados e municípios, com a intenção de produzir uma versão do documento para ser amplamente discutida com os professores das diversas redes de ensino e demais agentes educativos de todo o território nacional com um olhar voltado a garantia dos direitos a aprendizagem dos alunos brasileiros.

Ainda de acordo com o MEC, após feita a consulta pública esse documento deve tornar-se uma referência para a definição dos currículos nos sistemas de ensino e nas escolas brasileiras.

No contexto desse debate e na direção proposta pelo PNE (2014-2024), que busca responder ao objetivo de promover o direito à educação integral dos discentes, é que o governo da Bahia, por meio da Secretaria da Educação (SEC), vem assumindo o compromisso de desenvolver ações em todas as etapas e modalidades educacionais, consolidando sua política de fortalecimento da Educação Básica de modo a garantir uma educação de qualidade.

Para consolidar esse compromisso, a SEC/BA, institui o programa “Educar para Transformar: um pacto pela educação”, que objetiva articular os agentes sociais envolvidos na educação, dentre os quais, o estado e os municípios, os educadores, estudantes, gestores, família, universidades, empresas e organizações sociais para trabalharem em prol da elevação da qualidade da Educação Básica da Bahia.

O “Pacto pela Educação”, em sintonia com o PNE, almeja todas as crianças alfabetizadas até os 8 anos de idade, e também que as crianças e jovens permaneçam na escola, com desempenho adequado a sua série e com sucesso na trajetória escolar.

Para garantir o alcance dessas metas o “ Pacto pela Educação” estabelece cinco eixos de atuação, a Colaboração entre estado e os municípios; o Fortalecimento da Educação Básica na rede estadual; a Educação Profissional; os Parceiros da Escola (universidades, empresas e outras organizações sociais); e a Integração família-escola.

Cada um dos eixos envolve um conjunto de ações, algumas já consolidadas como programas ou projetos, e outros buscando inovar com ações voltadas ao alcance dos compromissos assumidos.

O esforço empreendido no programa “Educar para Transformar” se articula ao esforço nacional para aprimorar os sistemas públicos de ensino no contexto das metas e estratégias definidas pelo PNE (2014-2024).

Esse alinhamento busca promover um salto qualitativo para a Educação Básica baiana, com destaque para o Ensino Médio, entendido com um esforço que pode contribuir para promover a justiça e a qualidade da educação frente a desigualdades ainda presentes não só na Bahia, mas no Brasil.

É preciso reconhecer que o momento da educação é importante, e a mobilização dos setores públicos e dos agentes educativos sociais favorecem o surgimento de possibilidades para a realização de um trabalho de alinhamento de esforços para melhorar a educação na Bahia e no Brasil.

3. MARCO METODOLÓGICO

O presente capítulo apresenta os meios pelos quais esta pesquisa foi realizada, primeiramente trazendo um conceito de pesquisa, método e metodologia, que teve embasamento nos autores Silva (2005), Minayo (1994), Prestes (2002), Silva (2004), Silva (2005), e Yin (2001). Além dessa conceituação foi apresentado o local da pesquisa.

Aqui também é relatada a questão do universo, amostra e amostragem que foi utilizada neste estudo, e mostra os instrumentos de pesquisa utilizados para desenvolver este trabalho.

A presente pesquisa foi realizada no Colégio Estadual de Tanque Novo, na cidade de Tanque Novo, interior da Bahia, esta instituição atende cerca de 740 alunos na modalidade de Ensino Médio Regular e Educação de Jovens e Adultos, nos turnos matutino, vespertino e noturno.

Com a intenção de saber quais as expectativas dos alunos em relação ao Ensino Médio Regular, este estudo foi realizado com alunos do CETN, que concordaram em participar por livre e espontânea vontade de um questionário e uma entrevista estruturada.

3.1 Conceituação de Pesquisa, Metodologia e Método

3.1.1 Pesquisa

Silva (2005), diz que a pesquisa é quando o método científico se desenvolve através de um processo formal e sistemático para se obter o conhecimento da realidade empírica.

Segundo Minayo (1994) a pesquisa é o exercício mais simples da Ciência na sua investigação e edificação do que é real. É a pesquisa que fomenta o ato de ensinar e o moderniza diante do mundo real. E, apesar de ser uma prática teórica, dentro da pesquisa está presente o pensamento e a ação.

As autoras definiram a pesquisa de forma geral, porém existem alguns tipos de pesquisa, como por exemplo, pesquisa de campo e pesquisa bibliográfica

(revisão bibliográfica). Este estudo aqui em questão trata-se de uma pesquisa de campo.

De acordo com Prestes (2002), uma pesquisa de campo procede à observação de fatos e fenômenos exatamente como ocorrem no real, à coleta de dados referentes aos mesmos e, finalmente, à análise e interpretação desses dados, com base numa fundamentação teórica consistente, objetivando compreender e explicar o problema pesquisado sobre determinado assunto que se tem como tema de uma pesquisa científica.

Uma pesquisa de campo pode ser classificada como qualitativa, quantitativa, e em alguns casos pode ser quali-quantitativa.

A pesquisa qualitativa segundo Minayo (1994) responde a questões muito particulares, e preocupa-se, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, sendo trabalhada com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitude.

A pesquisa qualitativa considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicos no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento chave. É descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem. (SILVA, 2004, p.14)

Isso representa um espaço mais amplo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Como também a pesquisa de campo pode ser quantitativa, trabalhando com pesquisa experimental com variáveis independentes, dependentes e intervenientes, com estudos exploratórios e também com pesquisa de levantamento de dados.

A pesquisa quantitativa considera que tudo pode ser quantificável, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-los e analisá-los. Requer o uso de recursos e de técnicas estatísticas (percentagem, média, moda, mediana, desvio padrão, coeficiente de correlação, análise de regressão, etc...). (SILVA, 2004, p.14)

A pesquisa quantitativa nas ciências sociais de acordo com Minayo (1994) tem fundamentos nos princípios clássicos utilizados nas ciências da natureza, como: o que é real são os dados brutos; valores e crenças são dados subjetivos que só podem ser compreendidos através dos primeiros. E o ponto máximo da defesa do método quantitativo também explicar a realidade social é a questão da objetividade.

Minayo (1994) diz que a junção de dados qualitativos e quantitativos não diverge. Mas, se complementam isso porque a realidade apresentada por eles dialogam de forma dinâmica, não havendo espaço para dicotomia.

Esta pesquisa se embasou no universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes para fornecer os dados sobre sua vida socioeconômica, e também nas expectativas em relação ao ensino médio regular, se caracterizando assim como um estudo quali-quantitativo.

3.1.2 Metodologia e Método

Segundo Minayo (1994), dentro da metodologia existem as concepções teóricas de abordagem, além de apresentar várias técnicas que levam a construção da realidade e também revelar o nível de criatividade do investigador.

A autora ressalta que a metodologia e teoria andam juntas, sendo impossível andar separadas, e que o conjunto de técnicas presente na metodologia deve apresentar instrumentos claros, coerentes, elaborados, que levem os impasses teóricos para o desafio da prática.

Entendemos por metodologia o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. Neste sentido, a metodologia ocupa um lugar central no interior das teorias e está sempre referida a elas. (MINAYO, 1994, p. 16)

Assim, entende-se segundo a autora que o método é quem dá vida a teoria, e faz distinguir a forma superficial com que muitas vezes é tratado um assunto e o que a metodologia apresenta com articulação entre conteúdos, pensamentos e existência.

De acordo com Gil (1990) os métodos científicos são os caminhos intelectuais e técnicos utilizados na investigação científica a fim de ter seus objetivos atingidos.

O método, dizia o historicista Dilthey (1956), é necessário por causa de nossa “mediocridade”. Para sermos mais generosos, diríamos, como não somos gênios, precisamos de parâmetros para caminhar no conhecimento. Porém, ainda que simples mortais, a marca de criatividade é nossa “griffe” em qualquer trabalho de investigação. (MINAYO, 1994, p.17)

E para analisar e discutir os dados fornecidos a abordagem fenomenológica foi utilizada, ela representa uma tendência dentro do idealismo filosófico e, dentro deste, ao denominado idealismo subjetivo.

De acordo com Gil (1990), a fenomenologia parte de princípios tidos como verdadeiros e possibilita chegar a conclusões em virtude unicamente de sua lógica.

Preconizado por Husserl, o método fenomenológico não é dedutivo nem indutivo. Preocupa-se com a descrição direta da experiência tal como ela é. A realidade é construída socialmente e entendida como o compreendido, o interpretado, o comunicado. Então, a realidade não é única: existem tantas quantas forem as suas interpretações e comunicações. O sujeito/ator é reconhecidamente importante no processo de construção do conhecimento. (SILVA, 2005, p. 27)

De acordo com o autor a fenomenologia é o estudo das essências, e todos os problemas, e que de acordo com ela, tornam a definir essências como a essência da percepção e a essência da consciência.

E para permitir a interpretação destes fenômenos e estabelecer questionamentos e discussões em busca de significados são utilizadas palavras chaves como interacionismo, mundo vivido, valores culturais e contexto.

Segundo Minayo (1994) quando se trata da aplicação de um questionário e uma entrevista estruturada ao público alvo da pesquisa, o sujeito pesquisado terá voz dentro do estudo, pois, ele dentro do seu estilo de vida, é quem fornecerá as informações pra realização deste estudo.

De acordo com Silva (2005), a entrevista visa obter informações do entrevistado a respeito de um determinado assunto ou problema, podendo ser realizada de duas maneiras, a primeira e a utilizada neste estudo é a entrevista padronizada ou estruturada, que apresenta um roteiro previamente estabelecido.

A outra forma de entrevista segundo a autora é a despadronizada ou não-estruturada, que permite ao pesquisador explorar melhor algumas questões.

Ainda segundo Silva (2005), um questionário deve ser um instrumento baseado em uma série ordenada de perguntas para que os envolvidos no estudo as respondam. Além de ordenadas as perguntas do questionário deveram ser objetivas, limitado em seu tamanho e contendo instruções esclarecendo sobre o propósito e importância do mesmo.

O autor cita que o questionário pode ser formado por perguntas abertas, que ressalta a opinião do entrevistado; perguntas fechadas que dão a opção de responder, por exemplo, sim ou não; e também por perguntas de múltiplas escolhas, que apresenta uma série de respostas possíveis. Este último tipo de questionário, o de múltiplas escolhas, foi o modelo utilizado neste estudo.

Dentro de uma pesquisa de campo também existem caminhos a serem seguidos, para a realização deste trabalho, o estudo de caso foi o caminho escolhido a ser trilhado.

Segundo Yin (2001) o estudo de caso é o método que visa compreender fenômenos sociais complexos, preservando as características holísticas e significativas dos eventos da vida real, ao passo que desenvolve teorias mais genéricas a respeito do fenômeno observado, além de descrever fatos ou situações que buscam proporcionar conhecimento, comprovação ou divergências acerca do fenômeno pesquisado no caso.

O autor ainda diz que o objetivo do estudo de caso é explorar, descrever, explicar, avaliar e/ou transformar. Este estudo de caso possui um objetivo bem definido, e irá utilizar procedimentos formais estruturados e dirigidos, visando a compreensão completa do fenômeno estudado.

3.2 Local da Pesquisa

A instituição de ensino (CETN) onde foi realizada esta pesquisa fica localizada em Tanque Novo, município brasileiro situado na região Sudoeste do estado da Bahia, próximo a Chapada Diamantina, com uma área de 882,9 km², fica distante 766 km da capital Salvador, Tanque Novo está a aproximadamente 915 metros de altitude, e quem habita este município é chamado de tanque-novense.



Fonte: <https://mapio.net/a/114583017/>

Este município limita-se com Paramirim, Caetité, Botuporã, Igaporã, Macaúbas e Livramento de Nossa Senhora, e tem os festejos juninos e a festa da padroeira da cidade como suas principais atividades culturais, e sua economia é baseada no comércio de mercadorias.

Segundo o INEP/MEC nesta cidade de Tanque Novo, encontram-se duas escolas estaduais, uma escola particular de ensino infantil, um centro de estudo técnico particular, e sete escolas municipais.

3.3 Universo, Amostra e Amostragem da Pesquisa

O campo empírico desta pesquisa serão os alunos da 1ª série do ensino médio regular do turno noturno do Colégio Estadual de Tanque Novo no ano letivo de 2017, turma única de primeira série, denominada “1º AN”. Ao final do ano letivo de 2017 a classe apresentou 34 alunos regularmente matriculados.

O público que participou deste estudo vem de uma classe social baixa, visto que eles estudam a noite e trabalham durante o dia, seja fora ou mesmo dentro de casa.

Observando a ata final de notas do “1º AN”, percebe-se que não existe uma diferença muito grande quanto ao rendimento dos alunos, com exceção de oito alunos que foram reprovados, dentre esses oito, três alunos foram reprovados em 5

disciplinas, e cinco tiveram a reprovação por zerar a nota da avaliação final em 9 a 12 disciplinas.

Nesta mesma ata final destaca-se cinco alunos com média global de 6 ou mais pontos. Para chegar a este cenário foi feita a soma de todas as médias finais de cada disciplina e dividido por doze.

Diante da situação apresentada, e utilizando como critério de seleção o rendimento escolar de forma global durante o ano letivo de 2017, pretende-se pesquisar dentro desta amostra de 34 alunos matriculados, e que em 2018 prosseguiram no Ensino Médio, os 5 (cinco) que apresentaram menor rendimento escolar, e 5 (cinco) que apresentaram maior rendimento escolar.

Por questões éticas a identidade dos alunos envolvidos nesta pesquisa será mantida em sigilo, portanto, os 10 alunos envolvidos neste estudo serão representados em dois grupos. Sendo o grupo 1 (G1) com os 5 alunos de menor rendimento e identificados da seguinte maneira: G1A; G1B; G1C; G1D e G1E. E o grupo 2 (G2) será composto pelos 5 alunos de maior rendimento e suas identidades serão: G2A; G2B; G2C; G2D e G2E.

A partir desse campo empírico situado no CETN, é que serão retiradas as informações que serão posteriormente tabuladas e analisadas com base nas expectativas, metas, anseios e dificuldades dos alunos em relação ao ensino médio regular.

3.4 Instrumentos de Coletas de Dados

Os instrumentos de coleta de dados neste estudo serão um questionário e uma entrevista, o questionário com o intuito de identificar o aluno no meio social e econômico que ele pertence, as perguntas deste questionário estarão relacionadas a: renda familiar; local que habita; idade; tempo diário disponível para estudo; trabalho; gênero; acesso a internet e atividades realizadas no tempo ocioso.

A entrevista aos alunos do CETN selecionados para este trabalho trará dados a respeito de suas expectativas em relação ao ensino médio regular, e dessa maneira fornecer informação sobre suas expectativas e objetivos em relação ao Ensino Médio, que é o objetivo principal deste estudo.

No questionário poderão ser analisadas informações que irão permitir também elucidar a motivação pelos quais os estudantes estão cursando o ensino médio; descobrir os anseios dos estudantes em relação a este nível de ensino; e verificar se a condição socioeconômica e o rendimento escolar do estudante interfere na motivação para os estudos.

A escolha por aplicação de questionário é que com ele se obtém respostas mais objetivas e precisas, além de atingir um maior número de pessoas simultaneamente.

Sendo assim esta pesquisa será dividida em quatro etapas: a primeira constitui-se no levantamento bibliográfico e elaboração do questionário e entrevista; na segunda parte será a aplicação do questionário e entrevista ao público alvo; na terceira etapa acontecerá uma análise minuciosa e ampla das respostas encontradas sobre as expectativas desses alunos em relação ao ensino médio. A quarta fase se baseia em apresentar os dados e discuti-los.

Este trabalho busca analisar os alunos pesquisados a respeito das suas expectativas em relação ao ensino médio regular noturno do CETN, e ao responderem o questionário os alunos forneceram informações para que se chegue a uma conclusão a respeito de suas expectativas em relação a esta modalidade de ensino.

Sendo assim os 10 pesquisados responderam ao questionário e a entrevista de forma individual, o que preserva sua identidade e mantém sob sigilo suas respostas, além de evitar que o pesquisado sofra alguma influência indevida para fornecer suas informações.

Dessa maneira a análise dos dados deste estudo parte da descrição e dos significados dos pesquisados em relação a suas expectativas para o ensino médio regular, levando em consideração a apreensão dos significados próprios para cada sujeito pesquisado que está inserido em um meio cultural e histórico.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

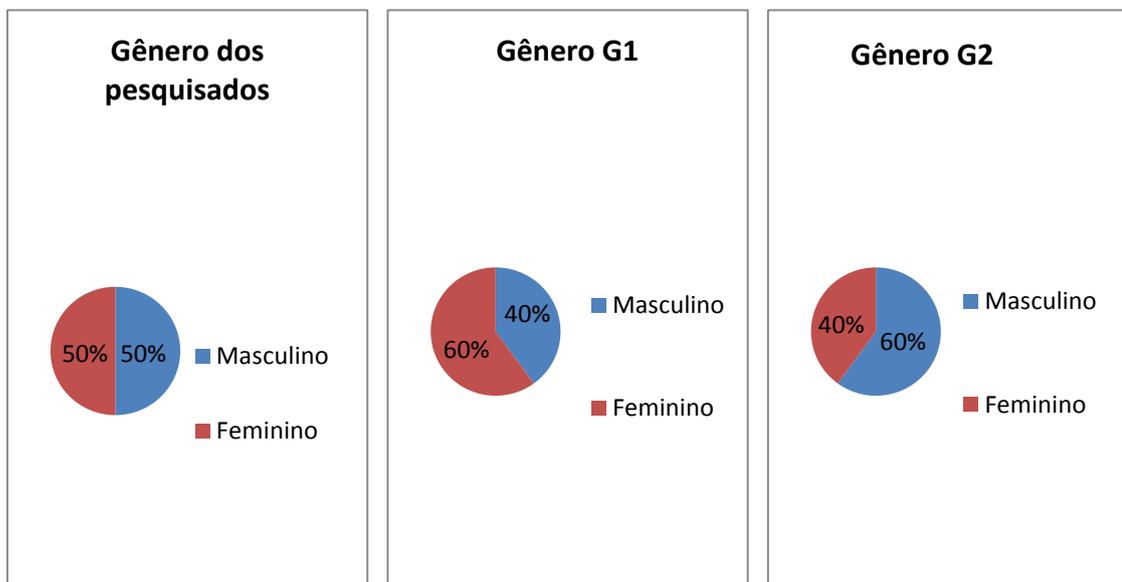
Neste capítulo serão apresentados os dados obtidos na pesquisa, colhidos através de um questionário e uma entrevista estruturada, estes dados virão em forma de gráficos, tabela e também de forma transcrita.

E de acordo com os dos dados e as referências postas ao longo deste estudo será feita uma análise e discussão a fim de responder ao problema que levou a realização deste trabalho, bem como buscar esclarecer os objetivos e confirmar ou não as hipóteses levantadas no começo do estudo.

Em relação aos alunos pesquisados há um total equilíbrio entre o número de alunos do sexo feminino e do sexo masculino, sendo 50% de cada gênero. No grupo um (G1), de alunos com rendimento menor, em relação ao gênero percebe-se uma porcentagem maior do sexo feminino, com 60%.

Já no grupo dois (G2), com alunos de melhor rendimento, observa-se uma porcentagem de 60% do sexo masculino, conforme demonstra o gráfico abaixo.

Gráfico 1: Gênero

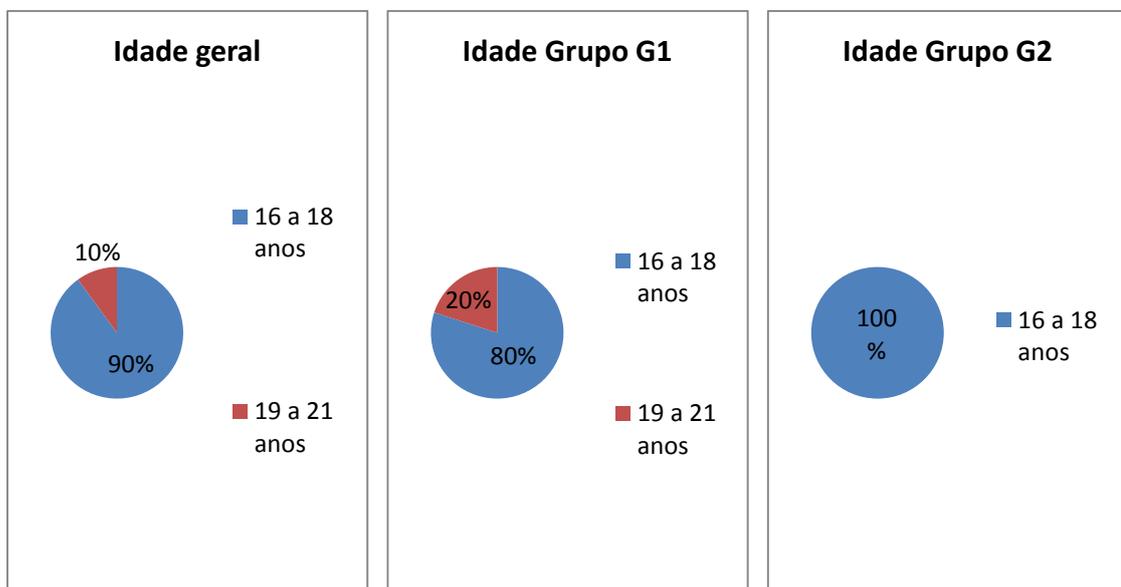


Fonte: Questionário aplicado pelo pesquisador em 2018

Outro ponto interessante é em relação a idade dos alunos participantes deste estudo, a maioria deles, 90%, estão na faixa etária de 16 a 18 anos, e apenas 10% tem entre 19 e 21 anos de idade.

Quando se separa esses alunos por grupos é notório que 100% do grupo de melhor rendimento escolar tem idade de 16 a 18 anos, e no grupo de menor rendimento apenas 20% tem 19 anos ou mais.

Gráfico 2: Faixa etária



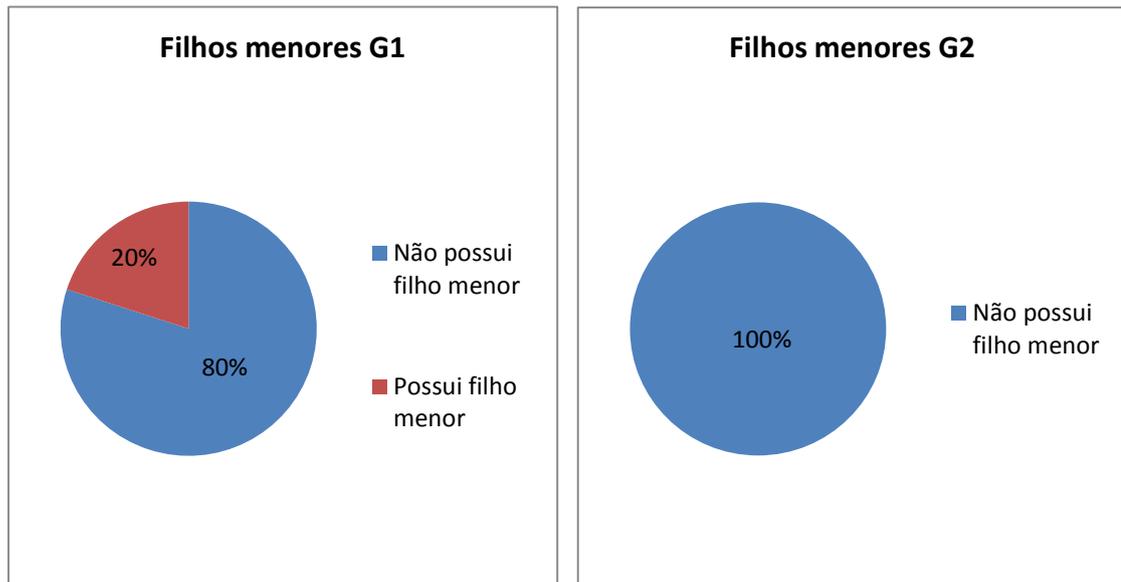
Fonte: Questionário aplicado pelo pesquisador em 2018

Este estudo apresenta uma realidade não muito diferente do que acontece no restante do país, em relação a idade um pouco elevada para quem cursa o Ensino Médio, pois estudos do Saeb 2013 traz no questionário do aluno informações que foram tabuladas pelo Instituto Unibanco, e revela um percentual de 16% de discentes que já desistiram dos estudos no noturno em pelo menos uma ocasião, um número três vezes maior do que registrado no diurno que foi de 5%.

Esse dado nos remete a várias questões sobre o motivo pelo qual esse aluno ficou atrasado nos estudos, motivos que vão desde a desistência dos estudos com intuito de se dedicar ao trabalho; ter que cuidar da família, como pai ou mãe que precisa cuidar da casa; e também alunos que simplesmente abandonam a escola por não conseguirem os resultados que almejam.

Apesar de mostrar todos esses pontos que podem levar um aluno a desistência dos estudos, nesta pesquisa, os alunos do grupo G2, com maior rendimento escolar, 100% afirmaram não possuir filhos, ao passo que no G1, com alunos de menor rendimento escolar, 20% possuem um filho menor de idade.

Gráfico 3: Filhos menores

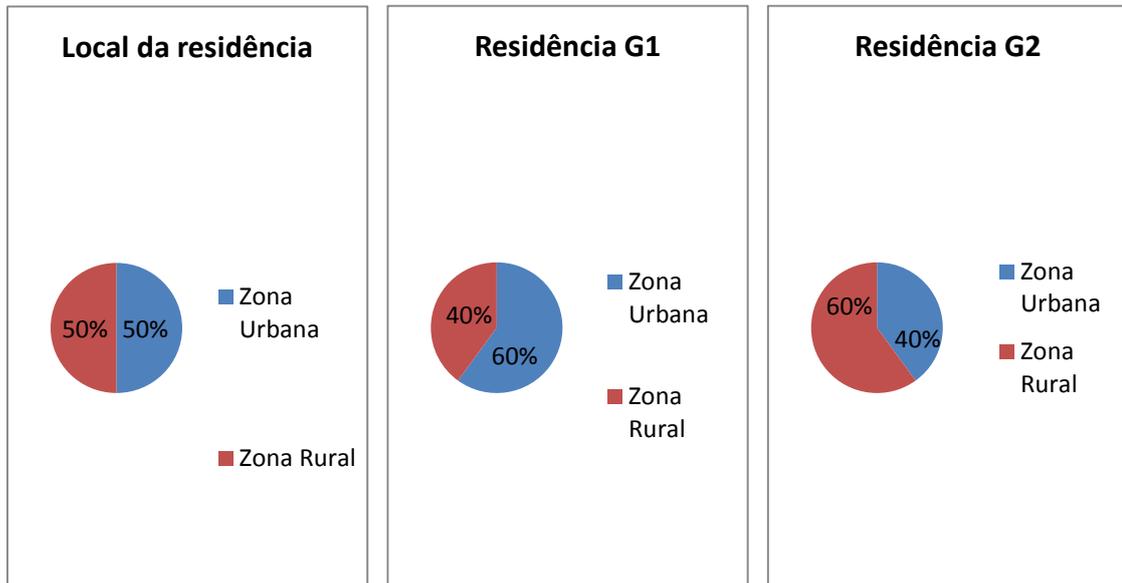


Fonte: Questionário aplicado pelo pesquisador em 2018

Ter um filho menor de idade, nesta pesquisa, representa uma motivação para prosseguir com os estudos, pois, segundo um dos entrevistados a figura de um filho requer exemplos na conduta dos pais.

Outro ponto importante e que pode influenciar nos estudos, principalmente no noturno, é o local da residência do estudante, e nesta pesquisa constatou-se que, dentre os 10 alunos estudados, 50% tem sua residência na zona urbana e 50% na zona rural.

Ao se separar os alunos por grupos de maior e menor rendimento nota-se que no G2 40% tem sua residência localizada na zona urbana, enquanto 60% residem na zona rural, entretanto, todos eles moram com os pais e/ou parentes.

Gráfico 4: Local da residência

Fonte: Questionário aplicado pelo pesquisador em 2018

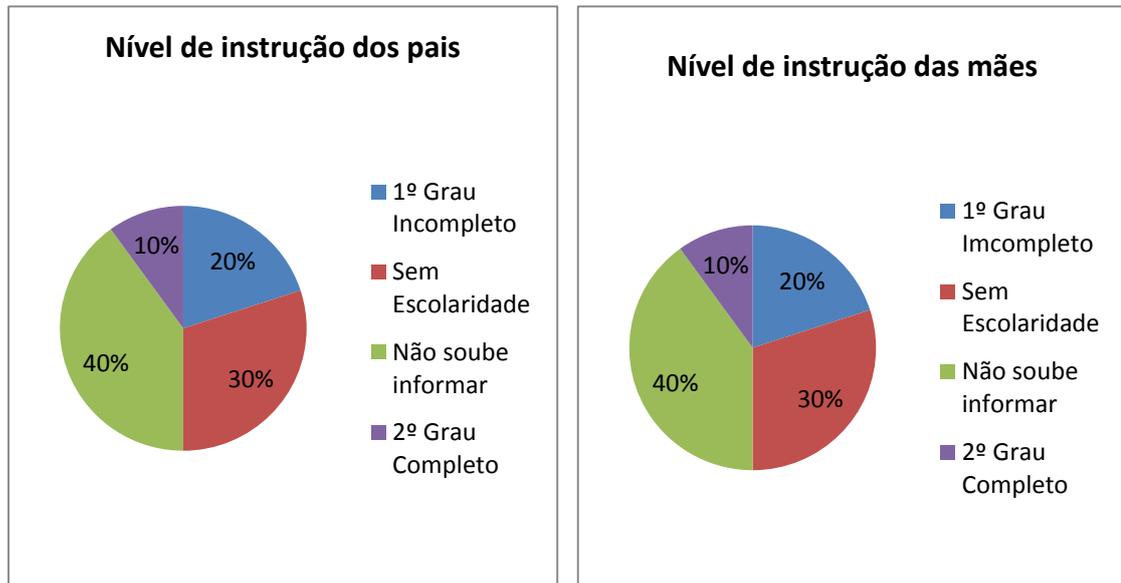
No G1 os alunos que tem sua residência na zona rural são 40%, e 60% residem na zona urbana, neste mesmo grupo 80% dos entrevistados afirmaram morar com pais e ou parentes, e 20% disseram morar com cônjuge e/ou filhos.

O local de residência e o meio familiar são de fundamental importância para que o indivíduo crie expectativas e se dedique em relação aos estudos, e a localização da residência, seja ela na zona rural ou urbana, nesta pesquisa mostrou se irrelevante como condição de aumentar ou diminuir seus objetivos com os estudos.

Vale destacar também a importância do meio familiar, visto que a maioria (90%) dos pesquisados moram com pais e/ou parentes, e é notório que uma família que cobra e apoia o estudante, faz com que esse mesmo aluno tenha objetivos e aspirações através dos estudos.

A família é a base de tudo na vida de uma pessoa, e a questão da educação desses jovens que prioritariamente passa pelo seio familiar, acaba fazendo da família a maior responsável pela formação destes adolescentes.

O resultado deste estudo mostra que para esses jovens o nível de instrução do pai ou da mãe não foram relevante ao traçar suas metas e objetivos para com o Ensino Médio, visto que 90% deles pretendem ter um nível superior e conseqüentemente um trabalho.

Gráfico 5: Nível de Instrução

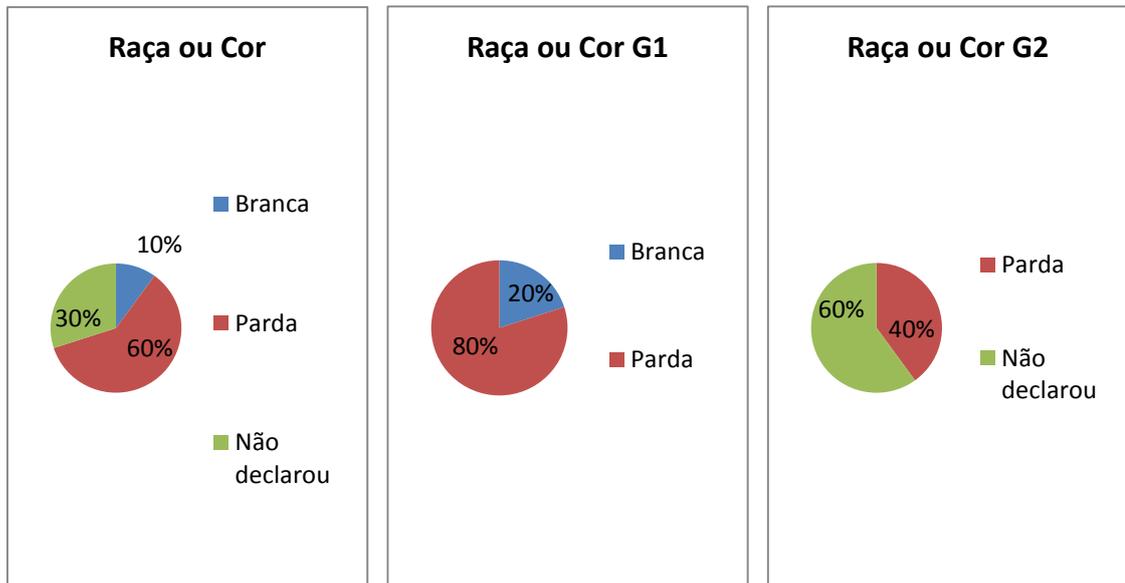
Fonte: Questionário aplicado pelo pesquisador em 2018

O grau de instrução de um pai ou uma mãe de família é sim importante para que um aluno de Ensino Médio tenha objetivos mais ou menos ambiciosos com os Estudos, pois de acordo com pesquisas realizadas pais com nível superior tendem a cobrar e incentivar mais seus filhos em relação aos estudos.

De acordo com uma pesquisa realizada pelo Projeto Atenção Brasil (2010), o baixo nível de instrução dos pais interfere diretamente no rendimento escolar de crianças e jovens, segundo a pesquisa filhos de pais com curso superior tem até 480% de chance a mais de ter bom rendimento escolar do que um filho de pais de ensino fundamental incompleto.

Este mesmo estudo cita que a explicação para influencia é o estímulo que esses adolescentes recebem em casa, e que para o nível de instrução dos pais não interfira diretamente no desempenho dos estudantes é imprescindível que esses pais, mesmo os que tenham pouca escolaridade, orientem seus filhos mostrando a eles a importância da escola.

Em relação a cor ou raça no grupo G1 80% dos entrevistados se identificaram como sendo da cor parda, enquanto 20% se declararam da cor branca. No grupo G2 60% não quiseram se identificar com nenhuma cor ou raça, e 40% afirmou ser da cor parda.

Gráfico 6: Raça ou Cor

Fonte: Questionário aplicado pelo pesquisador em 2018

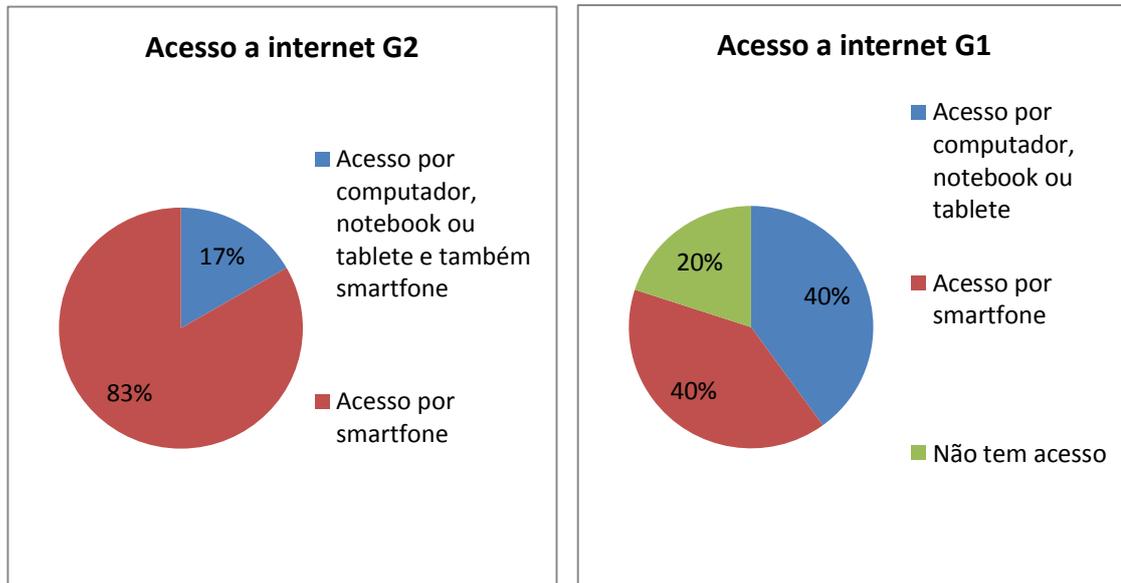
Ao se analisar a amostra dos 10 alunos estudados percebe-se que 60% se identificaram como pardos, 10% como brancos, e 30% não quiseram declarar sua cor ou raça.

Este número maior de alunos de cor parda é algo corriqueiro, pois, dados da SEC/BA, através do Avalie Ensino Médio de 2013, mostra que 47,9% dos alunos baianos do Ensino Médio da rede pública estadual, que estavam cursando o primeiro ano, afirmaram ser da cor parda, sendo este o maior percentual de raça/cor presente na pesquisa.

Diante dos avanços tecnológicos, principalmente em relação ao acesso a internet que atualmente tomou grandes proporções, nota-se que dos alunos envolvidos nesta pesquisa 90% tem acesso à internet.

No grupo G2, 100% dos entrevistados tem acesso a internet através do smartfone, dentre eles, apenas 17% tem acesso a internet também através de computador e/ou notebook em casa.

Já no grupo G1, com alunos com menor rendimento escolar, 40% disseram ter acesso a internet através de computador, notebook ou tablete; 40% tem acesso através do smartfone, e 20% afirma não ter acesso a internet.

Gráfico 7: Acesso à internet

Fonte: Questionário aplicado pelo pesquisador em 2018

Este dado que mostra 90% nos entrevistados com acesso à internet, é um tanto quanto curioso, visto que dados da SEC/BA de 2015 mostra que apenas 43,1% nos alunos matriculados no primeiro ano do Ensino Médio tem acesso a internet através de computador. Enquanto apenas 30% dos entrevistados desta pesquisa se conectam a internet através de computador, notebook ou tablete.

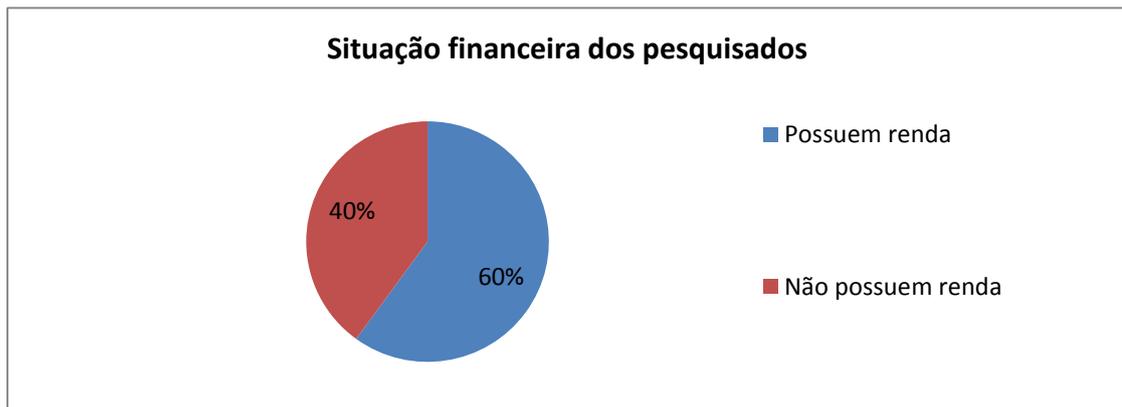
Uma pesquisa publicada pelo Correio Braziliense (2013) reafirma os dados deste estudo, pois, segundo o site todos os alunos entrevistados disseram estar conectados às novas tecnologias, e que o baixo uso de tecnologia em sala de aula, a dificuldade em acessar a internet e a proibição do uso de celulares são os pontos que mais incomodam os estudantes.

As tecnologias dentro da escola já é uma realidade, e saber lidar com aparelhos tecnológicos requer conhecimento, que pode ser construído através de ferramentas tradicionais, como aula expositiva, tarefas convencionais e também vivenciando o manuseio de ferramentas tecnológicas dentro da sala de aula, como o próprio smartphone, notebook e tablete.

Saber dosar o uso das ferramentas tecnológicas dentro da sala de aula é o ponto fundamental para uma excelente construção do conhecimento e a convivência entre o tradicional e o tecnológico.

Percebe-se que muitos alunos procuram estudar no noturno por conta de ter que trabalhar durante o dia, e dentre todos os alunos que participaram desta pesquisa 60% afirmaram ter renda, enquanto 40% disseram não possuir renda.

Gráfico 8: Situação financeira



Fonte: Questionário aplicado pelo pesquisador em 2018

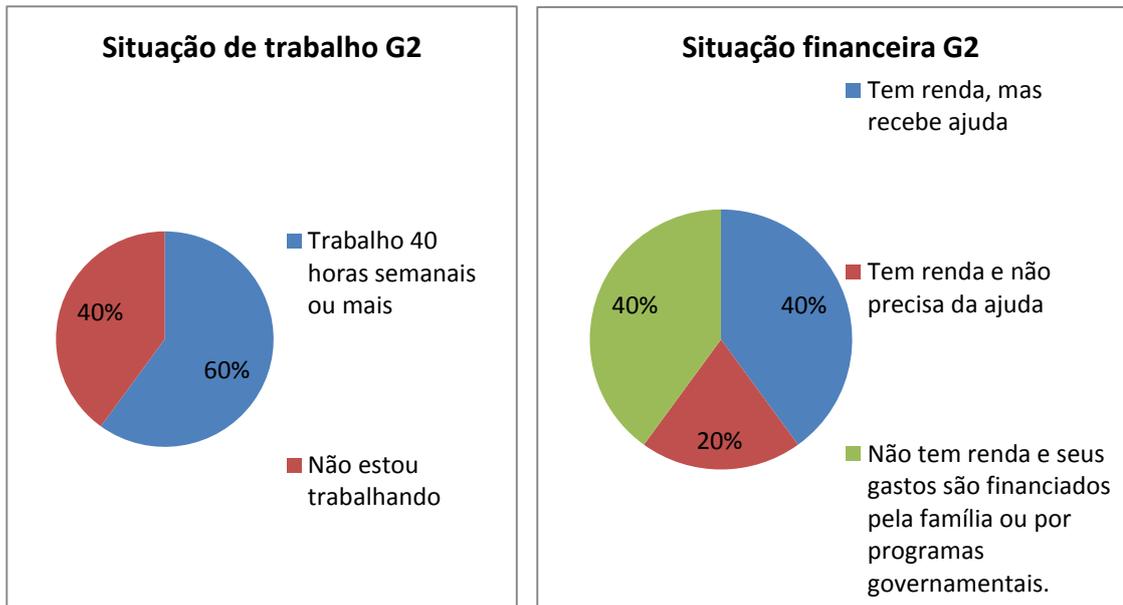
Durante o ensino médio é o momento de definir caminhos, de sonhar com o futuro, de experimentar e de vivenciar uma relação mais lúdica com a vida e suas possibilidades, e neste mesmo período é onde os jovens se lançam ao mercado de trabalho, e muitos deles vivem essa jornada dupla de trabalho e estudo.

Ao analisar os dois grupos, G1 e G2, pode-se verificar que no grupo G2 40% dos entrevistados tem renda, mas recebe ajuda da família ou de outras pessoas para financiar seus gastos. 20% afirmou ter renda e não precisar da ajuda para custear seus gastos.

Já 40% não tem renda e seus gastos são financiados pela família ou por programas governamentais. Dentre essa amostra desses cinco alunos do grupo G2 60% trabalham 40 horas semanais ou mais.

Os dados levantados neste estudo mostra o desafio que é estudar no noturno, pois, neste turno é onde se encontram em uma mesma sala de aula alunos que trabalham o dia todo, mães que cuidam de filhos durante o dia, e também jovens com os mais diversos objetivos para o futuro.

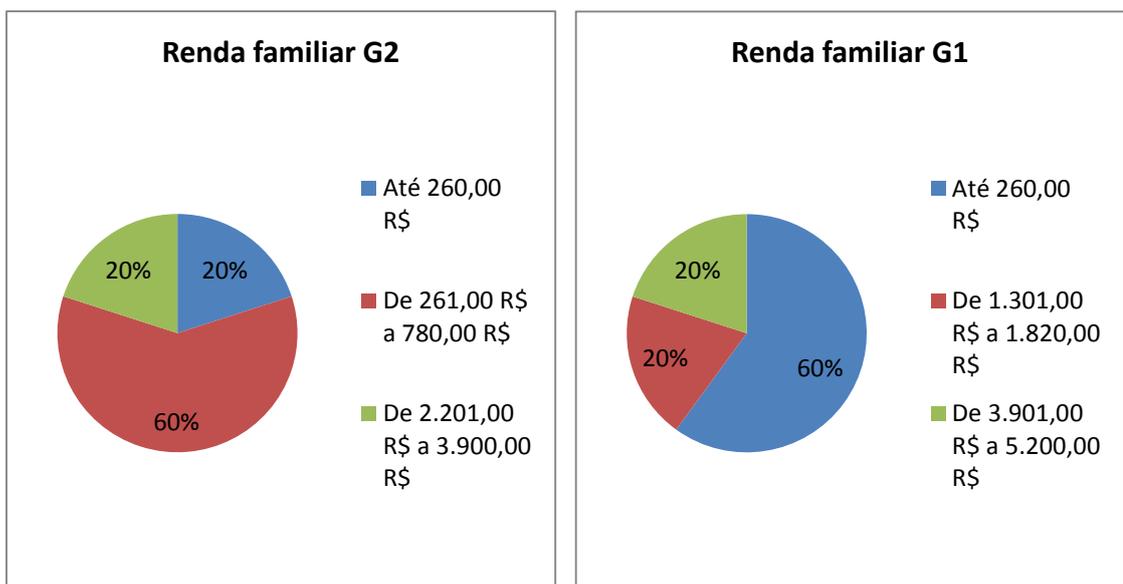
Gráfico 9: Situação financeira e de trabalho do G2



Fonte: Questionário aplicado pelo pesquisador em 2018

A renda familiar que classifica as pessoas como ricas e pobres dentro de uma sociedade é em algumas situações colocada como uma barreira para se conseguir um estudo mais qualificado que prepare esse jovem (estudante) para ingressar no curso superior e/ou no mercado de trabalho.

Gráfico 10: Renda Familiar



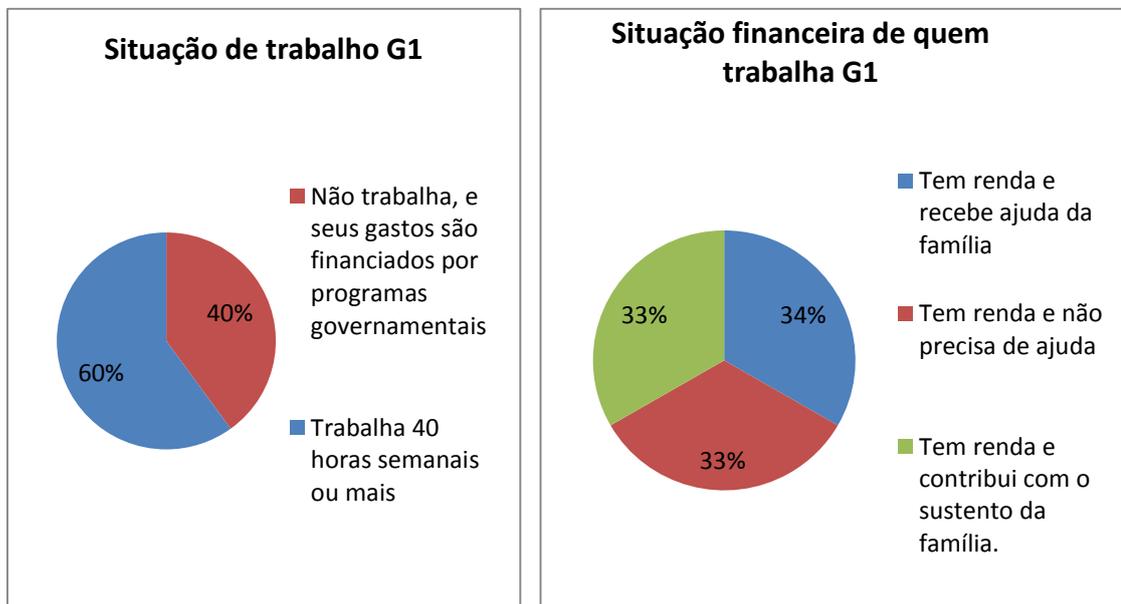
Fonte: Questionário aplicado pelo pesquisador em 2018

Dados desta pesquisa apontam que a renda familiar do pesquisado, seja essa renda alta ou baixa, não interfere no objetivo e expectativa desses alunos para com o Ensino Médio, como pode ser observado no gráfico 10.

Ainda observando dados deste estudo, pode-se perceber que esses estudantes veem o Ensino Médio como uma “ponte” para uma melhor colocação no mercado de trabalho, e também para alçar voo visando o ingresso em uma universidade ou faculdade.

Em relação a situação financeira do grupo G1, 40% não tem renda e seus gastos são financiados por programas governamentais, e 60% possui renda, dentre esses que possuem renda percebe-se que 33% recebe ajuda da família pra financiar seus gastos, 33% não precisa de ajuda com seus gastos e 34% contribui com o sustento da família, conforme demonstra o gráfico 11. 60% desses alunos do G1 trabalham 40 horas semanais ou mais.

Gráfico 11: Situação financeira e de trabalho do G1



Fonte: Questionário aplicado pelo pesquisador em 2018

Visto que todos os pesquisados neste estudo trabalham ou estão à procura de um emprego, nos lembra o neoliberalismo e sua ação dentro da educação, onde os neoliberais pregam que a escola prepare uma mão de obra para onde exista uma maior necessidade do setor empregatício.

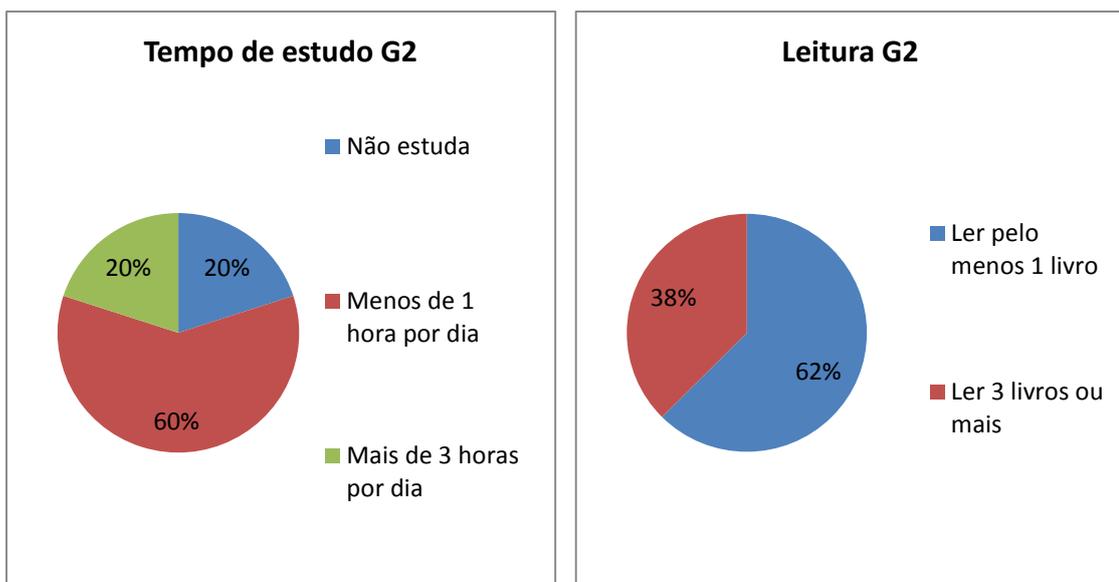
Dados levantados pelo MEC (2004) mostram questões referentes a situação de trabalho de jovens do Ensino Médio, e vem de encontro com os resultados obtidos nesta pesquisa, pois o MEC revelou que muitos alunos já estão inseridos no mercado de trabalho ou procurando emprego, e assim se apresenta neste estudo alguns alunos também contribuem para renda familiar, e até mesmo sustentando a si mesmo ou outras pessoas.

E diante de uma jornada de trabalho de 40 horas semanais, além de estudar a noite, é visível a falta de tempo para realizar outra atividade, como estudar no período que não se encontra em sala de aula.

Neste estudo constatou-se que dentro da amostra de 10 alunos, 30% não estudam fora do período de aula, e 70% estudam menos de uma hora e até três horas ou mais por dia.

Dentro no Grupo G2 verifica-se que 60% estudam menos de uma hora por dia, ficando 20% de alunos que não estuda, e 20% de alunos que estudam três horas ou mais por dia. Dentro no G2 todos os alunos (100%) leem pelo menos 1 a 2 livros durante o ano, sendo que 63% leem 3 ou mais livros por ano.

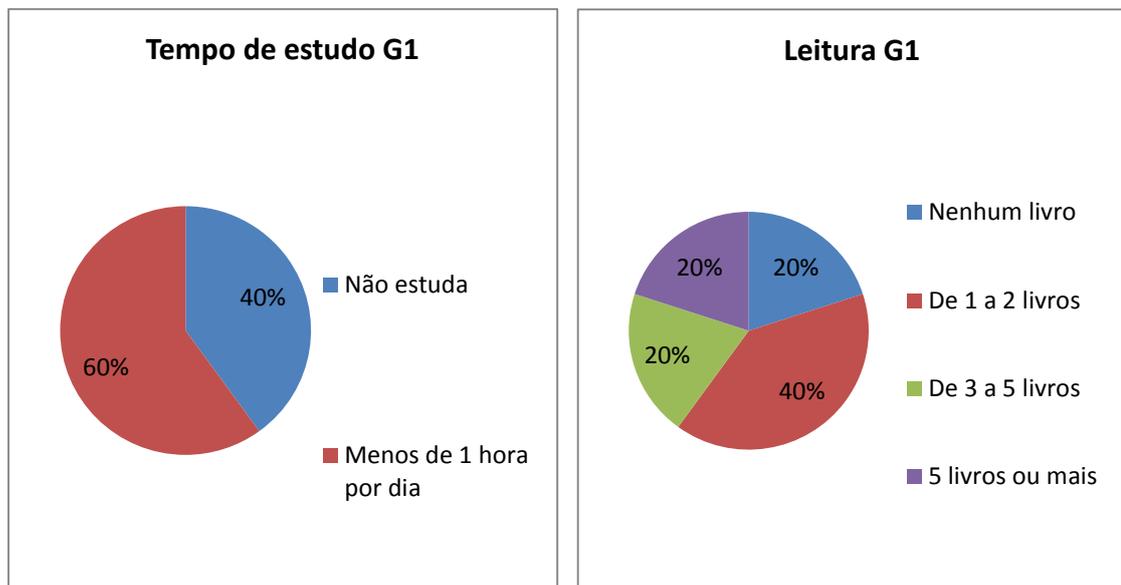
Gráfico 12: Tempo de estudo e leitura no G2



Fonte: Questionário aplicado pelo pesquisador em 2018

No grupo G1 nota-se que 40% não estudam, dentre esses alunos que não estudam 50% afirmou não ler nenhum livro durante o ano, enquanto outros 50% disseram que leem de 1 a 2 livros por ano; e 60% dos alunos do G1 estudam menos de uma hora por dia, sendo que entre esses alunos 33% deles leem de 1 a 2 livros por ano, 33% leem de 3 a 4 livros por ano e 34% leem 5 ou mais livros por ano.

Gráfico 13: Tempo de estudo e leitura no G1



Fonte: Questionário aplicado pelo pesquisador em 2018

De acordo com os dados levantados nesta pesquisa, é notório que os alunos dedicam pouco, ou quase nenhum momento do dia aos estudos além do período de aulas, fato este que faz pensar um trabalho diferenciado no Ensino Médio noturno por parte da escola (direção, coordenadores e professores) a fim de compensar este pouco tempo de estudo fora da escola.

Isso é o que aponta também a SEC/BA (2015), quando diz sobre as diferentes gerações da sociedade e o seu convívio, que hoje, com informações de toda ordem e com práticas sociais e valores heterogêneos, mostra uma modificação nas expectativas dos discentes em relação às escolas.

Um trabalho diferenciado pode partir de pontos, como: ações para diminuir a evasão escolar, tornar o ensino médio noturno atraente a um público que quase não

tem tempo de fazer atividade extraclasse, além de mostrar ao aluno que apesar de frequentar a escola no noturno ele pode ter sucesso com os estudos.

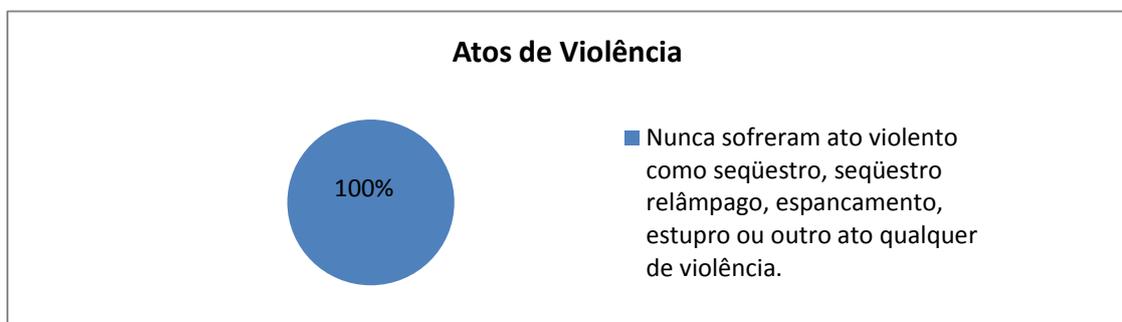
A escola nesse sentido pode ter ações que possibilite este ensino diferenciado no noturno, como por exemplo, realizar rodas de conversas com profissionais das mais diversas áreas, realização de jogos escolares, projetos que desenvolvam as habilidades que interessem aqueles estudantes, e também palestras sobre o convívio social e harmônico.

Na contramão deste ensino diferenciado no noturno, são apresentados dados do MEC em 2006, que na ocasião citou problemas com a falta de merenda, de funcionários, e até mesmo da presença da direção na escola no noturno, todos esses fatos e dados contribuem de forma negativa para o andamento de qualquer atividade escolar.

Neste mesmo estudo do MEC, os professores também foram mencionados, apresentando diversos pontos que atrapalham o desenvolvimento de um trabalho, principalmente um trabalho diferenciado, como salas superlotadas, salários baixos, falta de segurança, e também métodos de ensino para aqueles alunos.

O convívio social citado anteriormente é outra ferramenta que estimula o aluno em relação aos estudos, e dentro desta pesquisa em relação a algum ato de violência sofrido por esses alunos estudados, todos eles (100%), afirmaram nunca ter sofrido ato violento, tal como sequestro, sequestro relâmpago, espancamento, estupro ou outro ato qualquer de violência.

Gráfico 14: Violência sofrida



Fonte: Questionário aplicado pelo pesquisador em 2018

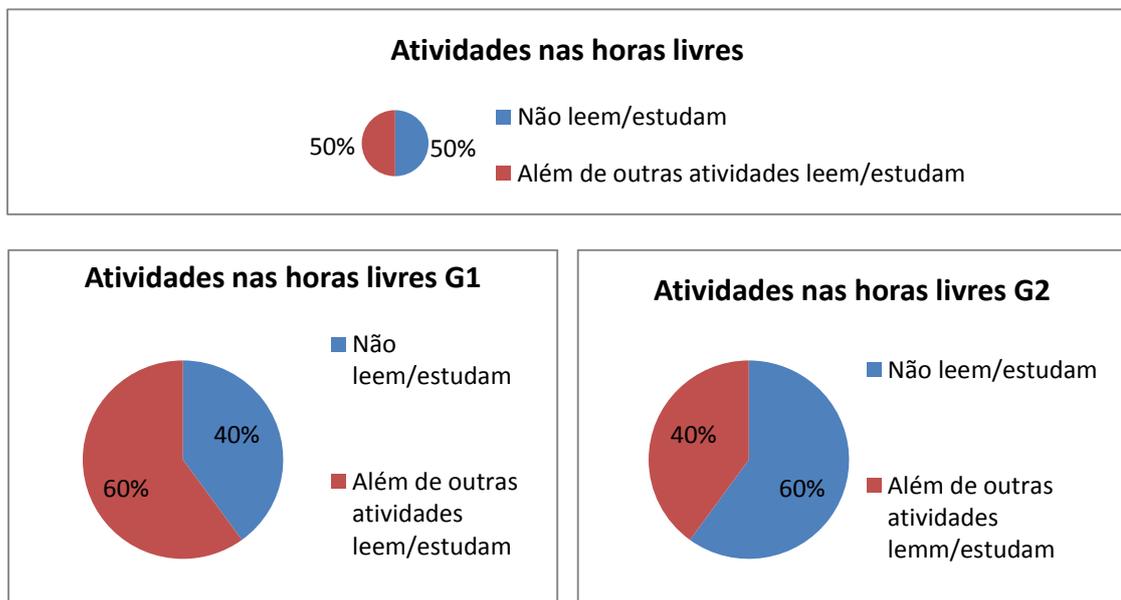
É notável que qualquer ato de violência interfere de maneira significativa no convívio não apenas social, mas também nos estudos de qualquer pessoa, e aqui nesta pesquisa pode-se perceber que o baixo desempenho de um grupo de alunos nada tem a haver com episódios de violência contra eles.

Isso remete ao que diz Barretto (1992), onde ele cita que a educação é o instrumento na sociedade democrática que leva a ordem, e que quando essa ordem não é transmitida às novas gerações com valores éticos, a violência se instala deixando a vida social, política e cultural um caos.

Em relação ao tempo livre que os pesquisados dispõem, entre os 10 alunos, 50% não utilizam parte desse tempo para o estudo, os demais 50% mesmo indicando outras atividades, afirmam que leem/estudam em seu tempo livre.

Dentro do grupo G1 percebe-se que 40% não dedicam parte do seu tempo livre com leitura/estudos enquanto esse número no grupo G2 é de 60%.

Gráfico 15: Atividades nas horas livres



Fonte: Questionário aplicado pelo pesquisador em 2018

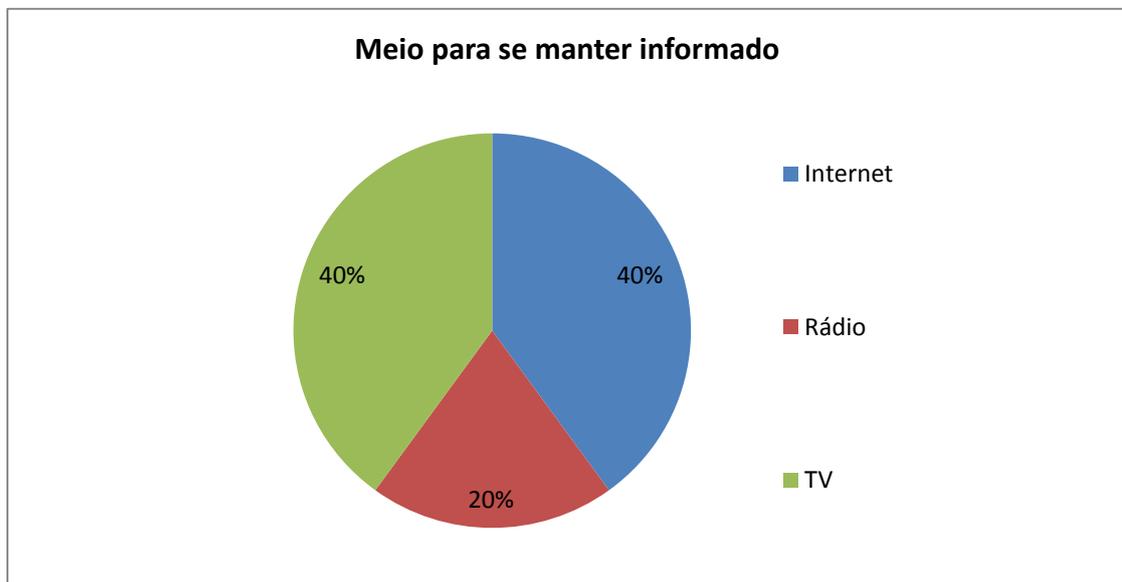
Este é um dado preocupante, pois, o MEC (2016) diz que pesquisas científicas apontam que a leitura promove o desenvolvimento do cérebro, e metade dos alunos desta pesquisa não tem o hábito de ler nas horas vagas.

Ainda de acordo com o MEC, durante a leitura a mente humana tem a capacidade de desenvolver funções superiores como decifrar, compreender, generalizar, sintetizar e também formular hipóteses, talvez esses pontos que fizeram cientistas americanos comprovarem que a leitura faz bem ao cérebro.

Foi detectado nesta pesquisa que dentre os meios de comunicação mais utilizados para se manter informado foi a TV com 40%, a Internet com 40%, e o Rádio com 20%. Se analisarmos os dois grupos G1 e o G2 nota-se que a proporção da utilização dos meios de comunicação pelos dois grupos se mantém igual com 40% para a TV, 40% para a Internet, e 20% para o Rádio.

Os meios de comunicação mais utilizados para obter informações foram a TV e a internet, nesses meios de comunicação, como em qualquer outro existe informações que são relevantes para a formação do indivíduo tanto como informação que nada acrescentam, e pode até deixar o estudante alienado.

Gráfico 16: Meios de informação



Fonte: Questionário aplicado pelo pesquisador em 2018

Em relação a educação e formação do jovem do Ensino Médio, os meios de comunicação, TV e Internet, possuem e transmite informações que tratam da valorização de quem estuda, falam dos programas governamentais de acesso ao

ensino superior e técnico, além de um leque extenso de programação e conteúdo destinado a enriquecer o conhecimento dos estudantes.

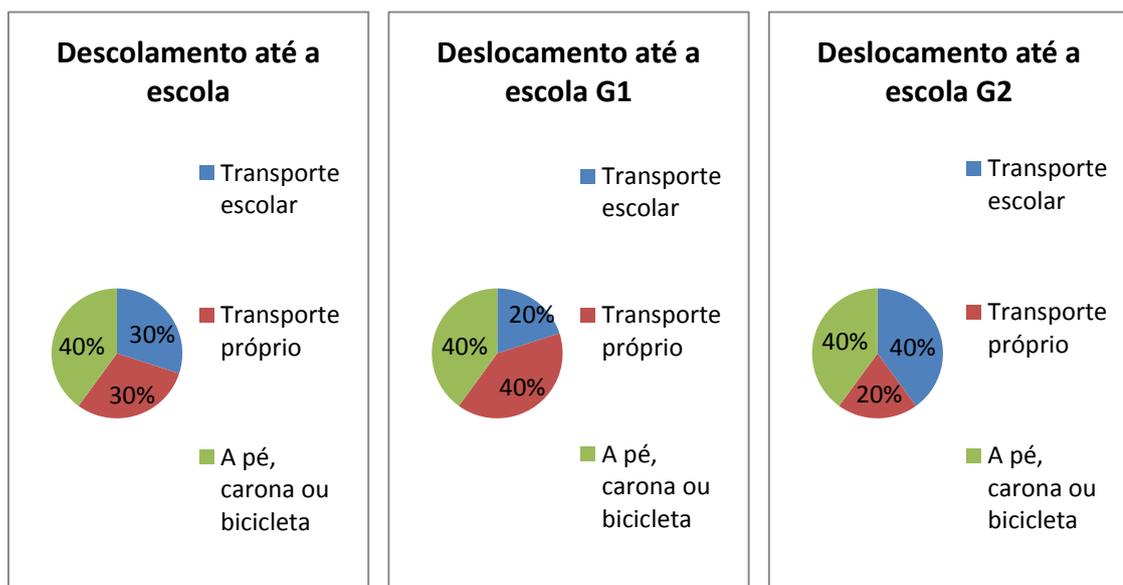
A TV, por exemplo, tem canais que focam toda sua programação em conteúdos voltados para a educação, não apenas para alunos, mas também para professores.

Já a internet, algo relativamente novo na cidade onde foi realizada a pesquisa, é outra ferramenta que contribui para a formação, e influencia o aluno do Ensino Médio, visto que 90% dos entrevistados de alguma maneira navegam na internet.

Esses dois meios de comunicação (TV e Internet), e a influência que eles exercem sobre os jovens estudantes podem pesar na hora do aluno traçar seus objetivos, inclusive em relação aos estudos, uma vez que esses meios trazem informações sobre o mundo e a sociedade que eles estão inseridos.

Quanto ao deslocamento da residência até a escola, em números gerais verifica-se que 30% utilizam o transporte escolar, 30% utilizam transporte próprio (carro ou moto), e 40% se deslocam até a escola a pé, de carona ou de bicicleta.

Gráfico 17: Deslocamento até a escola



Fonte: Questionário aplicado pelo pesquisador em 2018

Dentro do grupo G1 estes números são de 20% que utilizam o transporte escolar, 40% utilizam transporte próprio e outros 40% vão à escola a pé, de carona ou de bicicleta. No grupo G2 percebe-se a existência de 40% dos pesquisados que utiliza o transporte escolar, 20% vão até a escola de transporte próprio, e 40% se deslocam a pé, de carona, ou de bicicleta até a escola.

Quando um estudo nos mostra um número considerável de alunos que utilizam transporte próprio para ir até escola, é bem possível que isso seja reflexo de alunos com certa independência financeira, e que enxergam nos estudos uma possibilidade de melhorar sua condição de vida, principalmente a condição financeira.

Contraopondo o neoliberalismo, os alunos aqui pesquisados apresentam um objetivo bem traçado em relação ao futuro profissional, pensando em cursar uma faculdade, sem levar em consideração se o mercado está com carência ou não de determinados profissionais, conforme informa os dados a seguir.

Quando questionados sobre o principal motivo que os levaram a ingressar no Ensino Médio, seguido por mais duas outras perguntas que trata do que o aluno pretende fazer ao concluir o ensino médio e o porquê dele estudar no noturno, dentro dos grupos G1 e G2 observam-se as seguintes respostas na tabela 3.

Tabela 3: Transcrição das entrevistas

GRUPO G1	GRUPO G2
<p>Aluno G1A</p> <p>“Aprender dedicar mas terminar sair daqui sabendo algo melhor e buscando algo melhor”.</p> <p>“Estudar uma faculdade, terminar a faculdade e ser psicóloga”.</p> <p>“Pelo fato de que eu trabalho durante o dia todo, e por não querer ficar sem estudar, minha alternativa é estudar a noite.</p>	<p>Aluno G2A</p> <p>“O que me levou foi as vantagens e visando o futuro, se eu conseguir um estudo de alto nível, futuramente será mais fácil arrumar um trabalho digno”.</p> <p>“Entrar em uma faculdade”.</p> <p>“Por que eu trabalho o dia todo e a noite é mais fácil eu fazer os dois; trabalhar e estudar. Por que eu gosto de ser mais independente, trabalho para comprar tudo que eu preciso”.</p>

<p>Aluno G1B</p> <p>“O motivo que mim levou a ingressar no ensino medio foi para estudar e trabalhar”.</p> <p>”Quando eu concluir o ensino medio eu vou fazer faculdade”.</p> <p>“Para mim trabalhar”.</p>	<p>Aluno G2B</p> <p>“Por força de vontade, dedicação e em busca de algo melhor no futuro, aprender mais e quem sabe mais tarde arrumar um trabalho”.</p> <p>“No momento não sei, mas se caso tivesse alguma oportunidade, queria fazer alguma faculdade de Design Gráfico, adoro Artes e em casa já fasso algumas artes mas não profissionalmente”.</p> <p>“Por que vai que Deus abençoa que possa encontrar um trabalho durante o dia, isto é o que mais quero no momento. Acredito que a qualquer momento a oportunidade vem, e quando vir quero estar preparado para agarrá-lo”.</p>
<p>Aluno G1C</p> <p>“Para tirar minha habilitação”.</p> <p>”Eu não quero concluir”.</p> <p>“Para trabalhar”.</p>	<p>Aluno G2C</p> <p>“Arrumar um emprego melhor, fazer uma faculdade e poder comprar minhas coisas”.</p> <p>“Fazer uma faculdade ou um curso para arrumar um emprego bem bom”.</p> <p>“Por que eu trabalho fasso minhas coisas, quando tiver algum trabalho para fazer eu vou”.</p>
<p>Aluno G1D</p> <p>“Foi ter um estudo melhor e da um bom exemplo ao meu filho”.</p>	<p>Aluno G2D</p> <p>“Para mim concluir o estudo e também porque quero adequar apredizado para meu futuro ser uma pessoa comunicativa e sabia e também porque</p>

<p>“Fazer uma faculdade para arrumar um emprego bom”.</p> <p>“Por conta do meu filho”.</p>	<p>penso em fazer uma faculdade”.</p> <p>“Eu quero fazer uma faculdade de professora de criança, eu quero transmitir ensinamento e quero investir no meu futuro profissional”.</p> <p>“Porque decidir trabalha para que tinha como pagar minha faculdade quero fazer uma faculdade a distancia e que o dia é muito corrido ai decidir estudar a noite”.</p>
<p>Aluno G1E</p> <p>“Fazer uma boa faculdade”.</p> <p>“Faculdade, pra eu ser uma boa pulicial”.</p> <p>“Porque eu trabalho de dia mais não é um trabalho fisico”.</p>	<p>Aluno G2E</p> <p>“Para tentar fazer uma faculdade”.</p> <p>“Quero fazer faculdade de pedagogia”.</p> <p>“Porque eu trabalho o dia todo, so tenho tempo a noite”.</p>

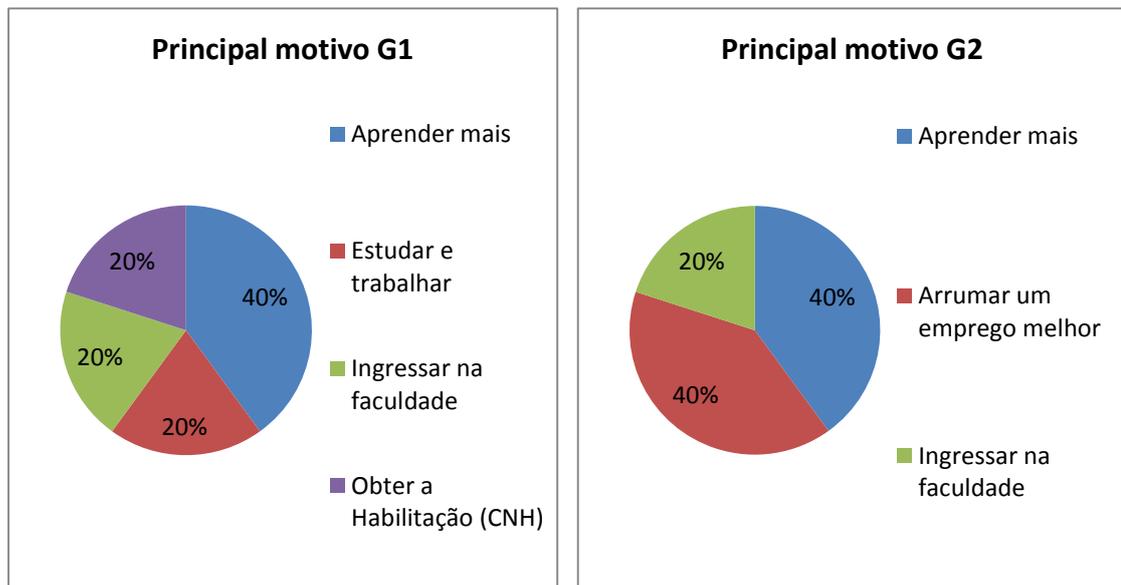
Fonte: Entrevista realizada pelo pesquisador em 2018

Diante destas respostas, o desejo de ter um nível superior após concluir o ensino é médio é apontado como meta por 90% dos pesquisados, este número expressivo mostra que um ensino diferenciado no noturno é pertinente, pois neste turno percebe-se também que 90% dos pesquisados trabalham.

Apesar da vontade de ingressar em uma faculdade ser uma meta desses estudantes, o motivo principal para com o Ensino Médio é aprender mais, citado por 50% dos entrevistados, conseqüentemente esse “aprender mais” com o ensino médio, faz esses alunos pensarem também em arrumar um emprego melhor.

É notável nesta pesquisa que todos os alunos estão preocupados em assumir um emprego, mesmo aqueles já trabalham querem atingir uma melhor colocação no mercado profissional.

Gráfico 18: Motivo para ingressar no Ensino Médio



Fonte: Entrevista realizada pelo pesquisador em 2018

Uma pesquisa publicada no site Correio Braziliense reforça este dado, mostrando que é grande a ansiedade dos jovens em fazer parte o mais rápido possível do mercado de trabalho, e todos eles querem ter um emprego antes de terminar o ensino médio.

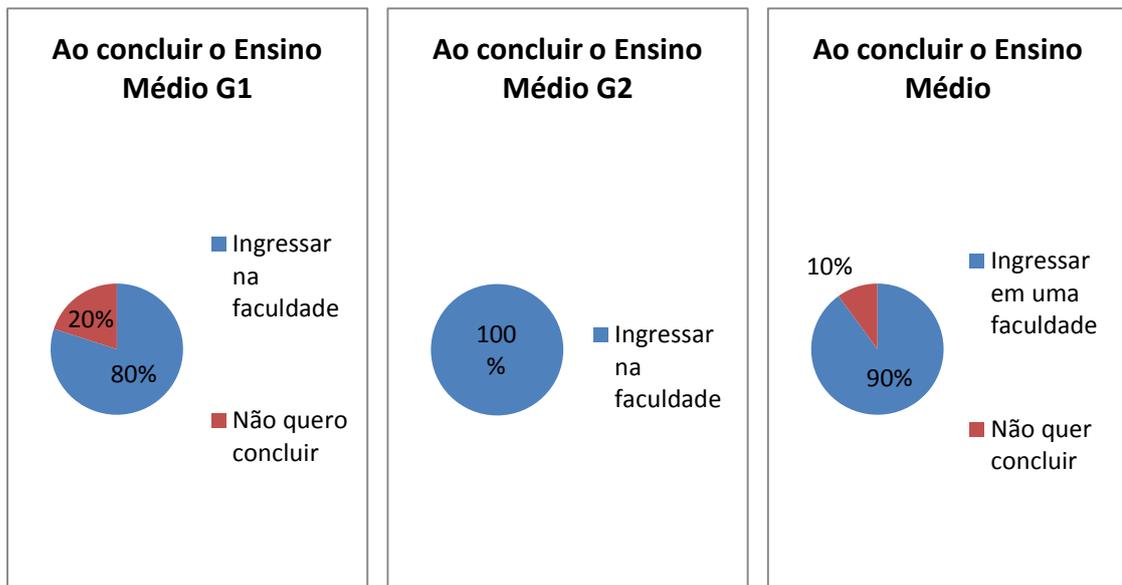
Ainda de acordo o estudo citado o tipo de ensino oferecido pelas instituições não atendem às expectativas dos alunos, que em sua maioria querem conseguir um emprego, fazendo com que muitos alunos optem por abandonar a escola para poder trabalhar.

Quando os alunos tiveram a oportunidade de se expressarem com três perguntas abertas, nota-se que raros alunos não almejam algo melhor para suas vidas através do estudo.

Diante de uma sociedade altamente excludente e competitiva, é fundamental se preparar e conseguir o certificado de conclusão do Ensino Médio.

É grande o número de alunos que frequenta a escola apenas para conseguir um certificado, dados do site Correio Braziliense diz que um em cada cinco alunos declarou frequentar a escola apenas na intenção de obter o certificado de conclusão do Ensino Médio.

Gráfico 19: Ao concluir o Ensino Médio



Fonte: Entrevista realizada pelo pesquisador em 2018

Visto os números da pesquisa do Correio Braziliense, e observando os dados deste estudo, nota-se que os jovens têm consciência que é importante concluir o ensino médio seja para prosseguir com os estudos ou conseguir uma melhor posição no mercado profissional.

Pensar em melhores condições de vida no que diz respeito a trabalho, remuneração e status social através dos estudos não é algo distante da realidade de qualquer aluno, seja ele rico, pobre, branco ou de qualquer outra raça.

Vários programas governamentais estimulam os jovens a se dedicarem aos estudos e sonharem com ascensão profissional, pois, estes programas garantem vagas em todos os cursos superiores de instituições públicas e privadas.

Com o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) muitos estudantes, inseridos em qualquer realidade social, têm a possibilidade de ter um nível superior de estudo através de programas como: SISU (Sistema de Seleção Unificada), ProUni (Programa Universidade para Todos) e do FIES (Fundo de Financiamento Estudantil). Há também a possibilidade de ingresso em cursos técnicos com a nota do ENEM, com os programas SISUTEC e PRONATEC.

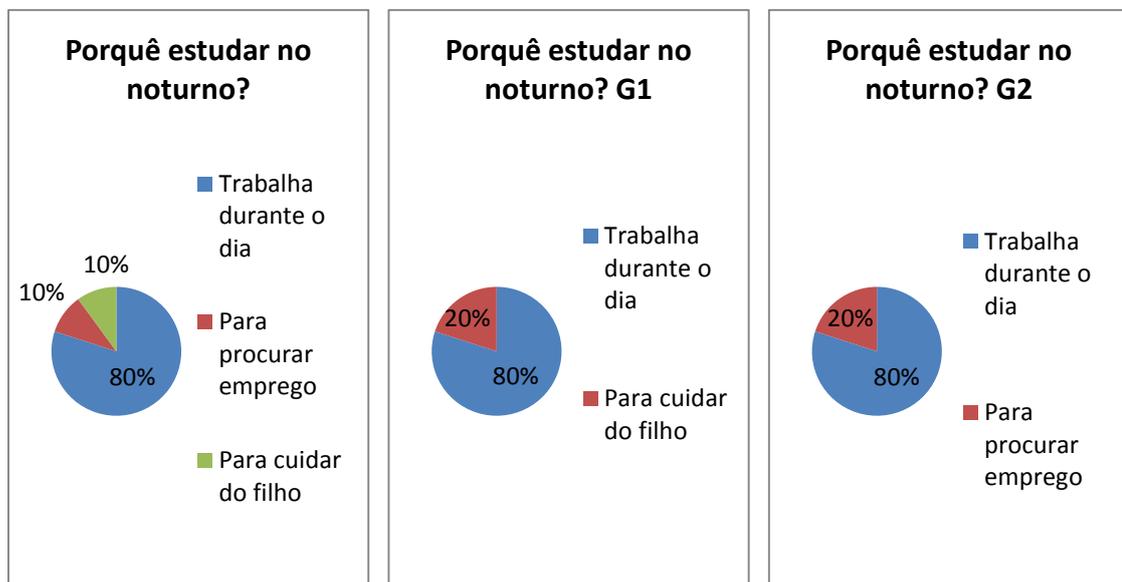
O cenário encontrado neste estudo mostra que a escola tem a necessidade de se aproximar da realidade dos alunos, entendendo suas expectativas, anseios, e

envolve-los nas questões escolares de forma a adequar melhor os projetos pedagógicos as suas necessidades.

Segundo o Correio Braziliense (2015), trouxe dados e fatos sobre o ensino noturno que reafirma a necessidade de um ensino diferenciado neste turno, citando uma reformulação no sistema atual aproveitando as singularidades dos estudantes deste período.

Nesta mesma publicação encontra-se explícito o caso de dois jovens que preferem estudar no noturno para poder trabalhar, seja para ajudar a família ou mesmo para ter certa independência financeira. Relatos esses que batem com o resultado desta pesquisa, que mostra 90% dos jovens entrevistados afirmando que estudam no noturno para poder trabalhar ou para procurar algum emprego durante o dia.

Gráfico 20: Porquê estudar no noturno?



Fonte: Entrevista realizada pelo pesquisador em 2018

Diante de realidades tão distintas que se encontra no ensino médio noturno, em especial as apresentadas no gráfico 20, e da questão de todos quererem uma ascensão através da escola mostra mais uma vez a necessidade de um olhar diferente para a preparação desses alunos para uma vida fora da escola.

Quando surgiu o problema para ser estudado nesta pesquisa, também foram levantadas hipóteses levando em consideração o meio em que os entrevistados estavam inseridos, ao analisar os dados é natural que algumas hipóteses fossem confirmadas e outras refutadas.

Ao levar em consideração as hipóteses de que os alunos estão cursando o ensino médio com a intenção de continuar os estudos com uma graduação ou curso técnico e também com a intenção de conseguir um emprego melhor remunerado, nota-se que estas foram hipóteses confirmadas por essa pesquisa.

Isso pode ser percebido pelo fato dos entrevistados enxergarem no ensino médio um meio de ter melhores condições de vida, seguindo nos estudos ou se qualificando melhor para o mercado de trabalho. E mesmo aqueles 10% que afirmaram não querer concluir o ensino médio, sente a necessidade de se apropriar dele para conseguir a carteira nacional de habilitação (CNH).

Porém houve hipóteses refutadas, que diante de uma visão superficial foram levantadas pelo pesquisador, essas hipóteses que passaram por o aluno querer concluir o ensino médio apenas por uma exigência da sociedade; ou como forma de passar o tempo, um convívio social, sem responsabilidade alguma com os estudos; ou mesmo cumprir uma exigência dos pais ou responsáveis.

Isto fica claro dentro desta pesquisa, pois, em nenhum momento os pesquisados afirmam estar cursando o ensino médio apenas por passar o tempo, sem responsabilidades ou visando apenas cumprir exigências seja da sociedade ou responsáveis.

Ao fim dessa análise e discussão percebe-se que o problema deste estudo foi respondido, pois, ficou claro quais as expectativas que os estudantes apresentam em relação ao Ensino Médio.

CONCLUSÃO

Este trabalho científico buscou responder um questionamento referente às expectativas de alunos do Ensino Médio Regular noturno para com esse nível de ensino. E por meio do questionário e da entrevista estruturada realizada veio a resposta para a pergunta que norteou esta pesquisa.

Ao analisar os dados obtidos por este estudo ficaram evidentes quais as expectativas desses alunos ao ingressarem no Ensino Médio Regular noturno.

Cabe destacar que as expectativas e o que motivou os alunos a ingressarem no Ensino Médio Regular foram uma melhor colocação no mercado de trabalho e também a vontade de prosseguir nos estudos ingressando em um curso superior.

No decorrer da análise foi perceptível que a maioria dos alunos estudados tem uma jornada dupla, seja de estudo e trabalho ou de estudo e cuidar de filhos. Porém esta situação que deixa o jovem com pouco tempo para se dedicar aos estudos não foi relevante para os jovens terem menos expectativas com o Ensino Médio.

Os pesquisados no momento da aplicação do questionário e da entrevista além de estudar, trabalhavam ou estavam à procura de um emprego. E diante das respostas dos entrevistados é notório que eles tomam o Ensino Médio Regular como uma etapa primordial para sua vida futura.

Essa visão do Ensino Médio como ponte para uma ascensão na vida profissional é explícita pelos alunos, pois, apesar de muitos já trabalharem eles querem algo maior, uma profissão melhor remunerada, o que requer mais dedicação aos estudos, e a conclusão do Ensino Médio nesta situação se torna pré-requisito obrigatório para o ingresso em um curso superior ou em cursos técnicos.

Outro ponto importante é em relação ao meio que o aluno está inserido, mais especificamente o meio familiar, que em alguns casos pode ser determinante para as projeções com os estudos. Nesta questão vale lembrar o local onde se localiza a casa do estudante, qual o nível de instrução dos pais ou responsáveis, e também com quem esse indivíduo mora.

Este estudo constatou que independentemente do local onde o aluno reside, e com quem quer que seja que ele more, pais, cônjuge e/ou filhos, ou com parentes, nada disso interferiu nas suas aspirações com os estudos.

Esse é um ponto que vale ser ressaltado, uma vez que, pesquisas apontam que o meio em que a pessoa está inserida pode interferir de forma significativa no andamento de sua vida, seja para ajudá-la ou atrapalhá-la em seus planos.

O século XXI é marcado pelo grande número de pessoas conectadas a rede mundial de computadores, a internet, e dentro desta pesquisa 90% dos alunos entrevistados disseram estar conectados à internet seja por computador, tablete ou smartfone.

O fato de tantos estudantes terem acesso à internet pode indicar que eles estejam antenados com o mundo, e diante disso enxerga nos estudos uma ferramenta para alcançar suas metas, que de acordo esta pesquisa é conseguir uma melhor colocação no mercado de trabalho e/ou ingressar em uma faculdade.

Apesar de conectados à internet, 30% desses alunos não têm o costume de estudar fora do período em que estão em aula. E diante de tamanhas expectativas visando o mercado de trabalho e cursos superiores, isso se torna um dado preocupante, pois é de vital importância o estudo extraclasse para quem almeja melhores condições e qualificações profissionais.

Levando em consideração que 60% dos entrevistados trabalham 40 horas semanais, é notável a falta de tempo para estudos extraclasse, e mesmo diante de uma situação tão adversa quanto essa, ainda assim 50% dos entrevistados dedicam parte do seu tempo livre para ler/estudar.

A escola ao receber um aluno que tem uma jornada exaustiva durante o dia, deve se planejar para propiciar ao público do noturno um ensino diferenciado, considerando esta jornada de trabalho diário e tantas outras condições que pesam para que o estudante deste turno não tenha o mesmo rendimento escolar dos alunos do diurno.

Assim o ensino público de nível médio noturno tem a necessidade de passar por uma revisão por completo, desde currículo, infraestrutura, corpo docente, alunos e das necessidades de cada um desses grupos.

Isso se faz necessário por que ações isoladas ou pessoas com boas intenções não será suficiente para fazer todas as mudanças que a escola precisa.

Essas mudanças passam por uma reestruturação da legislação que guia o ensino médio, diferenciando as leis que guiam o curso diurno daquelas que orientam o curso noturno.

A administração independente da esfera a qual pertence federal ou estadual, precisa fornecer às escolas noturnas além de legislação própria, equipamentos e infraestrutura de prédio e instalações. É necessário também repensar as situações de trabalho e salário dos profissionais da educação.

A instituição de ensino precisa disponibilizar aos alunos um currículo, carga horária e avaliações condizentes com a sua realidade.

Para isso, os professores vão precisar de melhores condições de trabalho, e assim perceber os alunos do noturno de forma diversificada, podendo ajudá-los na construção significativa de conhecimentos, acontecendo assim, a promoção e permanência na escola.

No que diz respeito aos alunos terem suas expectativas com o ensino médio correspondidas, e visto que um trabalho diferenciado se faz necessário no noturno, cabe aos grupos (administração, direção, coordenação e professores) responsáveis pela escola refletir, reavaliar e transformar boa parte das atividades e atitudes que hoje se fazem presentes no ensino médio noturno.

Esse ensino diferenciado visa atender as particularidades dos alunos do turno noturno, objetivando colocar o estudante no mercado profissional, proporcionando uma aprendizagem significativa e voltada para a sua realidade.

BIBLIOGRAFIA

BAHIA. Secretaria da Educação. **Orientações Curriculares Para o Ensino Médio**. Salvador, 2015.

BARRETTO, Vicente; PAIVA, Vanilda; ZALUAR, Alba (organizadora). **Violência e educação**. São Paulo: Livros do Tatu / Cortez, 1992.

BIANCHETTI, Roberto G. **Modelo Neoliberal e políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 2001.

BOSSA, Nádia A. **Fracasso escolar: um olhar psicopedagógico**. Porto Alegre RS: Artmed, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer nº 5, de 2011. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Brasília, 2011.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 2, de 2012. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Brasília, 2012.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 03, de 1999. Diretrizes Nacionais para o funcionamento das escolas indígenas**. Brasília, 1999.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 08, de 2012. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica**. Brasília, 2012.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 6, de 2012. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio**. Brasília, 2012.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015. Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica**. Brasília, 2015.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar 2016 Notas Estatísticas**. Brasília, 2017.

_____. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 1996.

_____. Ministério da Educação. **PDE: Plano de Desenvolvimento da Educação: SAEB: ensino médio: matrizes de referência, tópicos e descritores**. Brasília, 2008.

_____. Ministério da Educação. **Pesquisas científicas comprovam que o hábito de ler promove o desenvolvimento do cérebro**. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/211-218175739/40291-estudos-comprovam-que-o-habito-de-ler-traz-beneficios-ao-cerebro> . Acesso em: 10 junho, 2018.

_____. Ministério da Educação. **Plano Nacional da Educação (2014-2024)**. Brasília, 2014.

_____. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Programa Ensino Médio Inovador**. Brasília, 2009.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino. **Planejando a Próxima Década: Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação**. Brasília, 2014.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Ensino Médio Noturno: Democratização e Diversidade**. Brasília, 2008.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Proposta Curricular para a educação de jovens e adultos**. Brasília, 2002.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social. **Programa Bolsa Família**. Brasília, 2003.

BRAZILIENSE. Correio Braziliense. **Distorções no ensino noturno**. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/eu-estudante/ensino_educacaobasica/2015/07/23/ensino_educacaobasica_interna,491618/distorcoes-no-ensino-noturno.shtml . Acesso em: 12 de junho, 2018.

_____. Correio Braziliense. **Estudo revela motivos para o desinteresse de estudantes pelo ensino médio**. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/eu-estudante/ensino_educacaobasica/2013/06/25/ensino_educacaobasica_interna,373237/estudo-revela-motivos-para-o-desinteresse-de-estudantes-pelo-ensino-medio.shtml. Acesso em: 12 mar, 2018.

CALDEIRA, Anna Maria Salgueiro. **A formação de professores de educação física: quais saberes e quais habilidades?** Belo Horizonte. Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, 2001.

CAPORALINI, M. Bernadete Santa Cecília. **A transmissão do conhecimento e o ensino noturno**. Campinas SP: Papyrus, 1991.

CARVALHO, Rosa Madalena (organizadora). **Educação Física escolar na educação de jovens e adultos**. Curitiba: CRV, 2011.

CARVALHO. José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

DAYRELL, Juarez Tarcísio. **A juventude e a Educação de Jovens e Adultos: reflexões iniciais – novos sujeitos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GIOVANNETTI, Maria Amélia G. C. **A formação de educadores de EJA: o legado da educação popular**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

GOMES, Nilma Lino. **Educação de Jovens e Adultos e questão racial: algumas reflexões iniciais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira. **Juventude, lazer e vulnerabilidade social**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

GOULART, Nathalia. **Baixo grau de instrução dos pais interfere no desempenho escolar dos filhos**. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/educacao/baixo-grau-de-instrucao-dos-pais-interfere-no-desempenho-escolar-dos-filhos/>. Acesso em: 12 mar, 2018.

IBGE. Instituto de Geografia e Estatística. SIDRA. **Censos Demográficos, 2000 e 2010**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/202#resultado>. Acesso em: 10 mar.2018.

MAPIO. **Tanque Novo**. Disponível em: <https://mapio.net/a/114583017/> . Acesso em 29 de ago. 2018.

MENEZES, EbenezerTakuno de; SANTOS, Thais Helena dos. Verbetes ensino médio. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil**. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <http://www.educabrazil.com.br/ensino-medio/>. Acesso em: 29 de ago. 2018

MINAYO, M.C. de S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 20 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa. **A psicologia e o resto: o currículo segundo Cesar Coll**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

OLIVEIRA, João Batista Araújo. **A pedagogia do sucesso: uma estratégia política para corrigir o fluxo escolar e vencer a cultura da repetência**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

PEREIRA, Júlio Emílio Diniz. **Formação de educadores de EJA voltada para a transformação social: pesquisa e militância**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

PILETTI, Claudino. **Organização Social e Política Brasileira**. São Paulo: Ática, 1985.

PNE. Observatório do. Metas do PNE. Disponível em: <http://www.observatoriodopne.org.br/metas-pne/3-ensino-medio>. Acesso em: 10 mar, 2018.

PRATICO, Estudo. **A história do ensino médio no brasil e suas mudanças**. Disponível em: <https://www.estudopratico.com.br/a-historia-do-ensino-medio-no-brasil-e-suas-mudancas/> . Acesso em 29 de ago. 2018.

PRESTES, Maria Luci de Mesquita. **A pesquisa e a construção do conhecimento científico**. São Paulo: Respel, 2002.

SAVIANE, Dermeval. **Educação Brasileira: estrutura e sistema**. São Paulo: Cortez, 1998.

SILVA, Cassandra Ribeiro de O. **Metodologia e Organização do projeto de pesquisa**. Fortaleza: CEFET, 2004.

SILVA, Edna Lúcia da. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. Florianópolis: UFSC, 2005.

SOARES, Leônio. **Do direito à educação à formação do educador de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

SOUZA, João Valdir Alves de. **Possibilidades e limites da educação popular**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Anuário Brasileiro da Educação Básica**. São Paulo: Ed. Moderna, 2017.

UNIBANCO. Instituto Unibanco. **Aprendizagem em Foco**. Disponível em: http://www.institutounibanco.org.br/wpcontent/uploads/2016/08/Aprendizagem_em_foco-n.10.pdf. Acesso em: 10 mar, 2018.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos** / trad. Daniel Grassi. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ANEXOS

Anexo I



FACULTAD INTERAMERICANA DE CIENCIAS SOCIALES

MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO PARA ALUNOS DO ENSINO MÉDIO

1: SEXO:

A: MASCULINO **B:** FEMININO

2: QUAL A SUA IDADE?

A: MENOS DE 16 ANOS **B:** DE 16 A 18 ANOS **C:** DE 19 A 21 ANOS
D: DE 22 A 25 ANOS **E:** DE 26 A 30 ANOS **F:** MAIS DE 31 ANOS

3: ASSINALE A ALTERNATIVA QUE IDENTIFICA A SUA COR OU RAÇA:

A: BRANCA **B:** PRETA **C:** PARDA
D: AMARELA **E:** INDÍGENA **F:** NÃO QUERO DECLARAR

4: QUAL O SEU ESTADO CIVIL?

A: SOLTEIRO (A) **B:** CASADO (A) **C:** VIÚVO (A)
D: SEPARAÇÃO LEGAL (JUDICIAL OU DIVÓRCIO) **E:** OUTRO

5: ONDE SE LOCALIZA SUA RESIDÊNCIA?

A: ZONA URBANA **B:** ZONA RURAL

6: COM QUEM VOCÊ MORA ATUALMENTE?

A: SOZINHO. **B:** COM PAIS E/OU PARENTES.
C: COM CÔNJUGE E/OU FILHOS. **D:** COM OUTRAS PESSOAS (INCLUINDO REPÚBLICA).

E: EM OUTROS TIPOS DE HABITAÇÃO INDIVIDUAL OU COLETIVA (HOTEL, HOSPEDARIA, PENSÃO OU OUTRO).

7: CASO POSSUA FILHOS MENORES, QUANTOS SÃO?

A: NÃO POSSUO FILHOS QUATRO OU MAIS B: UM C: DOIS D: TRÊS E:

8: QUAL O NÍVEL DE INSTRUÇÃO DE SEU PAI?

A: SEM ESCOLARIDADE (1º GRAU) INCOMPLETO B: ENSINO FUNDAMENTAL (1º GRAU) INCOMPLETO

C: ENSINO FUNDAMENTAL (1º GRAU) COMPLETO INCOMPLETO D: ENSINO MÉDIO (2º GRAU) INCOMPLETO

E: ENSINO MÉDIO (2º GRAU) COMPLETO F: SUPERIOR INCOMPLETO

G: SUPERIOR COMPLETO SEI INFORMAR H: MESTRADO OU DOUTORADO I: NÃO SEI INFORMAR

9: QUAL O NÍVEL DE INSTRUÇÃO DE SUA MÃE?

A: SEM ESCOLARIDADE (1º GRAU) INCOMPLETO B: ENSINO FUNDAMENTAL (1º GRAU) INCOMPLETO

C: ENSINO FUNDAMENTAL (1º GRAU) COMPLETO INCOMPLETO D: ENSINO MÉDIO (2º GRAU) INCOMPLETO

E: ENSINO MÉDIO (2º GRAU) COMPLETO F: SUPERIOR INCOMPLETO

G: SUPERIOR COMPLETO SEI INFORMAR H: MESTRADO OU DOUTORADO I: NÃO SEI INFORMAR

10: VOCÊ TEM ACESSO A INTERNET?

A: SIM, ATRAVÉS DE COMPUTADOR, NOTEBOOK OU TABLETE. DO SMARTPHONE. B: SIM, ATRAVÉS DO SMARTPHONE.

C: NÃO TENHO ACESSO A INTERNET.

11: EM QUAL LOCAL VOCÊ TEM MAIS ACESSO A INTERNET?

A: NÃO TENHO ACESSO A INTERNET. B: NA ESCOLA.

C: EM CASA, PARENTES OU AMIGOS. D: NA CASA DE PARENTES OU AMIGOS.

12: POSSUI COMPUTADOR E/OU NOTEBOOK EM SUA CASA?

A: NÃO POSSUO COMPUTADOR E/OU NOTEBOOK EM SUA CASA. B: POSSUO SEM ACESSO À INTERNET. C: POSSUO COM ACESSO À INTERNET.

13: QUAL ALTERNATIVA A SEGUIR MELHOR DESCREVE SUA SITUAÇÃO FINANCEIRA (INCLUINDO BOLSAS)?

A: NÃO TENHO RENDA E MEUS GASTOS SÃO FINANCIADOS POR PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS.

B:NÃO TENHO RENDA E MEUS GASTOS SÃO FINANCIADOS PELA MINHA FAMÍLIA OU POR OUTRAS PESSOAS.

C:TENHO RENDA, MAS RECEBO AJUDA DA FAMÍLIA OU DE OUTRAS PESSOAS PARA FINANCIAR MEUS GASTOS.

D:TENHO RENDA E NÃO PRECISO DE AJUDA PARA FINANCIAR MEUS GASTOS.

E:TENHO RENDA E CONTRIBUO COM O SUSTENTO DA FAMÍLIA.

F:SOU O PRINCIPAL RESPONSÁVEL PELO SUSTENTO DA FAMÍLIA.

14: QUAL ALTERNATIVA A SEGUIR MELHOR DESCREVE SUA SITUAÇÃO DE TRABALHO (EXCETO ESTÁGIO OU BOLSAS)?

A: NÃO ESTOU TRABALHANDO.

B: TRABALHO EVENTUALMENTE.

C:TRABALHO ATÉ 20 HORAS SEMANAIS. **D:**TRABALHO DE 21 A 39 HORAS SEMANAIS.

E:TRABALHO 40 HORAS SEMANAIS OU MAIS.

13 ASSINALE A RENDA FAMILIAR MENSAL DE SUA CASA:

A: ATÉ 260,00

B: DE R\$ 261,00 A R\$ 780,00

C: DE R\$

781,00 A R\$ 1.300,00

D: DE R\$ 1.301,00 A R\$ 1.820,00

E: DE R\$ 1.821,00 A R\$ 2.600,00

F: DE R\$

2.601,00 A R\$ 3.900,00

G: DE R\$ 3.901,00 A R\$ 5.200,00

H: DE R\$ 5.201,00 A R\$ 6.500,00

I: DE R\$

6.501,00 A R\$ 7.800,00

J: MAIS DE R\$ 7.800,00

15: QUANTAS PESSOAS COMPÕE SEU NÚCLEO FAMILIAR?

A: UMA

B: DUAS

C: TRÊS

D: QUATRO

E:CINCO

F:SEIS OU MAIS.

16: COMO FEZ SEUS ESTUDOS DE ENSINO FUNDAMENTAL (1º GRAU)?

A: INTEGRALMENTE EM ESCOLA PÚBLICA

B: INTEGRALMENTE EM ESCOLA PARTICULAR

C: MAIOR PARTE EM ESCOLA PÚBLICA **D:** MAIOR PARTE EM ESCOLA PARTICULAR

E: EM ESCOLAS COMUNITÁRIAS/CNEC OU OUTRO

17: QUANTAS HORAS DE ESTUDO EM CASA VOCÊ SE DEDICA DIARIAMENTE? NÃO CONTE O TEMPO QUE SE ENCONTRA ASSISTINDO AULAS?

A: NÃO ESTUDO

B: MENOS DE 1 HORA

C: ENTRE 1 E 2 HORAS

D: 3

HORAS OU MAIS.

18: QUANTOS LIVROS EM MÉDIA VOCÊ COSTUMA LER POR ANO?

A:NENHUM **B:**1 A 2 **C:**3 A 5 **D:**5 OU MAIS

19: VOCÊ JÁ FOI VÍTIMA DE ALGUM TIPO DE ATO VIOLENTO, TAL COMO SEQUESTRO/ SEQUESTRO RELÂMPAGO, ESPANCAMENTO, ESTUPRO, OU OUTRO?

A: SIM B: NÃO

20: QUAL DAS ATIVIDADES ABAIXO OCUPA A MAIOR PARTE DO SEU TEMPO LIVRE? (Pode marcar mais de uma)

A: TV B: CINEMA C: LEITURA/ESTUDOS D: RELIGIÃO
E: MÚSICA

F: INTERNET G: ESPORTES H: FACEBOOK/WHATSAPP (REDES SOCIAIS DA INTERNET)

J: TEATRO I: NAMORAR

21: QUAL O MEIO QUE VOCÊ MAIS UTILIZA PARA SE MANTER INFORMADO (A)?

A: JORNAL IMPRESSO B: TV C: INTERNET D: RÁDIO

22: QUAL O PRINCIPAL MEIO DE TRANSPORTE QUE VOCÊ UTILIZA PARA CHEGAR AO COLÉGIO?

A: A PÉ/CARONA/BICICLETA

B: TRANSPORTE COLETIVO

C: TRANSPORTE ESCOLAR

D: TRANSPORTE PRÓPRIO (CARRO/MOTO).

Anexo II



FACULTAD INTERAMERICANA DE CIENCIAS SOCIALES

MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

ENTREVISTA PARA ALUNOS DO ENSINO MÉDIO

1: QUAL O PRINCIPAL MOTIVO QUE O LEVOU A INGRESSAR NO ENSINO MÉDIO?

2: O QUE VOCÊ QUER FAZER QUANDO CONCLUIR O ENSINO MÉDIO?

3: POR QUE VOCÊ ESCOLHEU ESTUDAR NO NOTURNO?

Anexo III



FACULTAD INTERAMERICANA DE CIENCIAS SOCIALES

MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado participante, sou aluno do curso de mestrado em Ciências da Educação da Facultad Interamericana de Ciencias Sociales - FICS e estou desenvolvendo uma pesquisa sob o título A expectativa dos alunos do turno noturno em relação ao Ensino Médio Regular, em um colégio no município de Tanque Novo no ano letivo de 2017.

Sua participação é voluntária e envolve o preenchimento de um questionário e em responder a uma entrevista. Se você decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo. Na publicação dos resultados desta pesquisa, sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo. Serão omitidas todas as informações que permitam identificá-lo (a). Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente você estará contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico. Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pelo pesquisador Marcelo Marques Carneiro, fone (77) 99902-9161.

Atenciosamente

Nome e assinatura do (a) estudante

Local e data

Nome e assinatura do (a) professora (a) supervisor (a) /orientador (a)

Consinto em participar deste estudo e declaro ter recebido uma cópia deste termo de consentimento.

Nome e assinatura do (a) participante

Local e data

Anexo IV



FACULTAD INTERAMERICANA DE CIENCIAS SOCIALES

MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

OFÍCIO DE ENCAMINHAMENTO/SOLICITAÇÃO – PESQUISA DE CAMPO

Solicitamos autorização para a realização de pesquisa junto a esta instituição para a realização da pesquisa de MARCELO MARQUES CARNEIRO. O mestrando encontra-se na etapa final para a conclusão de sua Dissertação, Defesa e Certificação do curso de Mestrado em Ciências da Educação, compreendendo a formação teórico-metodológica-epistemológico e especializado, tendo participado ativamente do programa, com excelente desempenho acadêmico. A certificação se dará pela FACULTAD INTERAMERICANA DE CIENCIAS SOCIALES.

Antecipo agradecimentos e coloco-me à disposição para esclarecimento de quaisquer dúvidas a respeito desta pesquisa.

Atenciosamente,

- Mestrando -

Senhor(a)

Gestor(a) do Colégio Estadual de Tanque Novo – BA